

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA DOS CAMPI DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA,
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: análise das condições de
acessibilidade física e das práticas pedagógicas.

NADSON CASTRO DOS REIS

Seropédica – RJ

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA DOS CAMPI DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA,
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: análise das condições de
acessibilidade Física e das práticas pedagógicas.

NADSON CASTRO DOS REIS

Sob a Orientação da professora

Dra. Amparo Villa Cupolillo

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa
de Pós-Graduação em Educação Agrícola, na Área de
Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica – RJ

2013

371.91

R375a

T

Reis, Nadson Castro dos, 1970-

Alunos com deficiência física dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, nas aulas de educação física: análise das condições de acessibilidade física e das práticas pedagógicas / Nadson Castro dos Reis. - 2013.

94 f.: il.

Orientador: Amparo Villa Cupolillo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2013.

Bibliografia: f. 83-85.

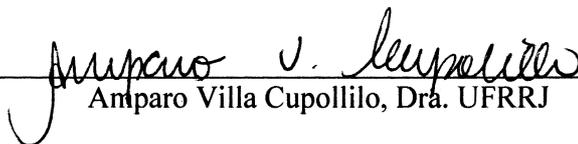
1. Deficientes físicos - Educação - Teses. 2. Educação física para deficientes - Estudo e ensino - Teses. 3. Inclusão escolar - Teses. 4. Educação inclusiva - Teses. 5. Arquitetura e deficientes - Teses. 6. Professores - Formação - Teses. 7. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - Estudo de casos - Teses. I. Cupolillo, Amparo Villa, 1950-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

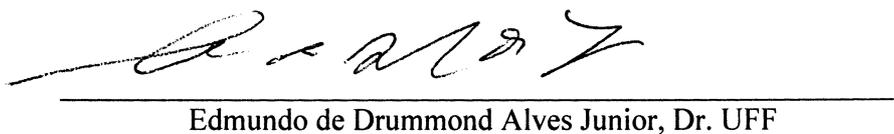
NADSON CASTRO DOS REIS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/05/2013.


Amparo Villa Cupollilo, Dra. UFRRJ


Márcia da Silva Campeão, Dra. UFRRJ


Edmundo de Drummond Alves Junior, Dr. UFF


Márcia Denise Pletsch, Dra. UFRRJ

DEDICATÓRIA

Ao meu querido pai Lourenço Alves dos Reis,
Á minha querida mãe Leia Castro dos Reis,
Ao meu irmão Lourenço Castro dos Reis Júnior,

À Rozinete Fernandes dos Santos, minha
amada companheira, sempre presente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que este trabalho fosse finalizado e possibilitar mais uma conquista em minha carreira docente.

A professora Doutora Amparo Villa Cupollilo, grande incentivadora e orientadora nesse processo de construção da pesquisa.

A professora Marcia da Silva Campeão e Marcia Denise Pletsch

Aos colegas professores e os alunos que participaram da pesquisa.

RESUMO

REIS, Nadson Castro dos. **Alunos com deficiência física dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, nas aulas de educação física: análise das condições de acessibilidade física e das práticas pedagógicas.** 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

Esse estudo teve por finalidade analisar as condições de acessibilidade física dos três *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, bem como as práticas pedagógicas dos professores de educação física do *Campus* Boa Vista no atendimento dos alunos com deficiência física. Para tanto, além das análises das condições físicas dos campi, abordamos questões relacionadas à formação dos professores e suas práticas pedagógicas, identificando o conhecimento desses professores acerca do processo inclusivo no Brasil, como um ponto de partida para o atendimento do aluno com deficiência física, no sentido de problematizarmos a preparação para atender esses alunos. A acessibilidade física dos *Campi* possibilitou a participação desses alunos nas aulas de educação física e nas atividades do cotidiano da Instituição. Esta preocupação possibilitou um maior conhecimento no que se refere ao atendimento dos alunos deficientes físicos no Campus Boa Vista e revelou alguns problemas de estrutura física não acessível aos alunos nos Campus Amajari, Boa Vista e Novo Paraíso, que possibilitará o desenvolvimento de adequação física para o atendimento de todos os alunos. Problematicamos questões relacionadas à prática pedagógica do professor de educação física que atende os alunos deficientes físicos e observamos que existem algumas possibilidades de um novo pensar na elaboração do planejamento para que todos os alunos possam participar das atividades físicas. A inclusão social e a inclusão escolar devem ocorrer, em um sentido que não force a sociedade através de leis, mas sim possibilitando as pessoas o conhecimento de todo o movimento inclusivo e democrático do Brasil. Esta pesquisa teve como sujeitos os professores de educação física dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e os alunos deficientes físicos do *Campus* Boa Vista. Pudemos observar, nas entrevistas, que os professores de educação física do *Campus* Boa Vista, que atendem aos alunos deficientes físicos não estão preparados para atendê-los, embora exista o interesse em adquirir os conhecimentos na área da educação física adaptada. Esta situação deve-se, principalmente, à falta de preparação na formação desses professores, pois não tiveram na formação inicial os conhecimentos necessários para que fosse possível o atendimento inclusivo nas atividades de educação física. Observamos também que, segundo relatos dos alunos nas entrevistas, os planejamentos não estão adequados para que todos participem, sem a caracterização da condição física dos alunos. No que se refere à acessibilidade física constatamos através de registro fotográfico que vários espaços nos ambientes dos três Campi não estão de acordo com a NBR ABNT NBR 9050:2004, precisando de adequações às condições físicas de todos, ou seja, permitindo que todos os alunos possam usufruir o bem público sem que haja barreiras arquitetônicas que possam impedir a participação dos mesmos no dia a dia social da escola.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; acessibilidade; educação física; educação física adaptada; processo inclusivo.

ABSTRACT

REIS, Nadson Castro dos. **Students with disabilities in the camps of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima, in physical education classes: Analysis of conditions of physical accessibility and pedagogical practices.** 2013. 94 f. Dissertation (Master's degree in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

This study aimed to analyze the conditions of physical accessibility of the three campuses of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, as well as the pedagogical practices of Physical Education teachers in Boa Vista Campus attendance of students with physical disabilities. Besides the analysis of the physical conditions of the campuses, discussing issues related to the training of teachers and their teaching practices, we identifying teachers' knowledge about inclusive process in Brazil, as a starting point for care of students with disabilities in order to problematize preparation to meet these students. Physical accessibility of Campuses enabled the participation of these students in Physical Education classes and in Institution daily activities. This concern has enabled a greater understanding regarding the care of disabled students in Boa Vista Campus and revealed some problems of physical structure which is not accessible to students in Amajari, Boa Vista and New Paradise, which will enable the development of physical fitness for attendance of all students. We problematized issues related to physical education teacher pedagogical practice who attends disabled students, and we observed that there are some possibilities for new thinking in development planning so that all students can participate in physical activities. Social inclusion and school inclusion should occur in a direction that does not force society through laws, but allowing people to the knowledge of the whole movement inclusive and democratic Brazil. This research had as subject Physical Education teachers who work in integrated technical courses to high school students and with disabled students in Boa Vista Campus. We could observe during the interviews that Physical Education teachers from Boa Vista Campus, serving disabled students are not prepared to serve them, although there is interest in acquiring knowledge in the field of adapted physical education. This is due mainly to the lack of preparation in training for these teachers because they do not have the training necessary knowledge to make possible the attendance in inclusive Physical Education activities. We also observed that, according to reports of the students in the interviews, the plans are not suitable for everyone to participate, without characterizing the physical condition of students. Regarding to physical accessibility we observed, through various photographic spaces, that the three campuses are according to ABNT NBR NBR 9050:2004, requiring adaptations to physical conditions of all, ie allowing all pupils to benefit the public good without architectural barriers that impede their participation in everyday social school.

Keywords: Pedagogical practices; accessibility; Physical Education; adapted Physical Education; inclusive process.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais Movimentos Sociais e Documentos Relativo a Inclusão Social no Mundo e no Brasil.....	10
Tabela 2 – Principais Documentos Relativos à Inclusão Escolar no Brasil.....	14
Tabela 3 – Vagas de Estacionamento (ABNT NBR 9050: 2004).....	24
Tabela 4 – Espaços Para Pessoas Em Cadeira de Rodas e Assentos para P. M. R. e P. O. (ABNT NBR 9050:2004).....	24
Tabela 5 – Tipo de Deficiência Física dos Alunos Entrevistados.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado Roraima	5
Figura 2 – Campus Amajari	5
Figura 3 – Campus Boa Vista.....	5
Figura 4 – Campus Novo Paraíso	5
Figura 5 – Dimensões de Pessoas em Pé (ABNT NBR 9050:2004)	22
Figura 6 – Dimensões da Cadeira de Rodas (ABNT NBR 9050:2004)	22
Figura 7 – Patamares das Rampas Vista Superior (ABNT NBR 9050:2004)	23
Figura 8 – Símbolo Internacional de Acesso (ABNT NBR 9050:2004)	23
Figura 9 – Entrada Principal no <i>Campus</i> Novo Paraíso	35
Figura 10 – Balcão de Atendimento da Biblioteca no <i>Campus</i> Novo Paraíso	36
Figura 11 – ABNT NBR 9050:2004 p.10	37
Figura 12 – Banheiro Para Alunos no <i>Campus</i> Novo Paraíso	38
Figura 13 – ABNT NBR 9050:2004 p.74	38
Figura 14 – ABNT NBR 9050:2004 p. 75	39
Figura 15 – ABNT NBR 9050:2004 p.75	40
Figura 16 – ABNT NBR 9050:2004 p.75	40
Figura 17 – Banheiro Para Aluno no <i>Campus</i> Novo Paraíso	41
Figura 18 – ABNT NBR 9050:2004 p.67	42
Figura 19 – ABNT NBR 9050:2004 p.68	42
Figura 20 – Corredor Externo no <i>Campus</i> Novo Paraíso	43

Figura 21 – ABNT NBR 9050:2004 p.06	44
Figura 22 – Espaço Cultural no <i>Campus</i> Novo Paraíso	44
Figura 23 – ABNT NBR 9050:2004 p.43	45
Figura 24 – Rampa no <i>Campus</i> Amajari	46
Figura 25 – ABNT NBR 9050:2004 p.42	47
Figura 26 – ABNT NBR 9050:2004 p.42	47
Figura 27 – Rampa no <i>Campus</i> Amajari	48
Figura 28 – ABNT NBR 9050:2004 p.47	49
Figura 29 – ABNT NBR 9050:2004 p.47	49
Figura 30 – Corredor no <i>Campus</i> Amajari	50
Figura 31 – ABNT NBR 9050:2004 p.06	51
Figura 32 – ABNT NBR 9050:2004 p.06	51
Figura 33 – ABNT NBR 9050:2004 p.08	52
Figura 34 – ABNT NBR 9050:2004 p.08	52
Figura 35 – ABNT NBR 9050:2004 p.08	53
Figura 36 – Banheiro no <i>Campus</i> Amajari	53
Figura 37 – ABNT NBR 9050:2004 p.77	54
Figura 38 – ABNT NBR 9050:2004 p.76	54
Figura 39 – Vestiários no <i>Campus</i> Amajari	55
Figura 40 – ABNT NBR 9050:2004 p.78	56
Figura 41 – Biblioteca no <i>Campus</i> Amajari	56
Figura 42 – ABNT NBR 9050:2004 p.88	57
Figura 43 – ABNT NBR 9050:2004 p.88	57
Figura 44 – Porta do Banheiro no <i>Campus</i> Boa Vista	58
Figura 45 – ABNT NBR 9050:2004 p.70	59

Figura 46 – Vaso Sanitário do Banheiro no <i>Campus</i> Boa Vista	59
Figura 47 – ABNT NBR 9050:2004 p.67	60
Figura 48 – ABNT NBR 9050:2004 p.69	61
Figura 49 – Balcão Setor Administrativo no <i>Campus</i> Boa Vista	61
Figura 50 – ABNT NBR 9050:2004 p.93	62
Figura 51 – Banheiros de Alunos no <i>Campus</i> Boa Vista	63
Figura 52 – ABNT NBR 9050:2004 p.77	64
Figura 53 – Auditório no <i>Campus</i> Boa Vista	64
Figura 54 – ABNT NBR 9050:2004 p.82	65
Figura 55 – ABNT NBR 9050:2004 p.82	66
Figura 56 – Estacionamento no <i>Campus</i> Boa Vista	66
Figura 57 – ABNT NBR 9050:2004 p.61	67
Figura 58 – ABNT NBR 9050:2004 p.62	67
Figura 59 – ABNT NBR 9050:2004 p.62	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
INCLUSÃO SOCIAL E INCLUSÃO ESCOLAR	7
1 – INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.....	7
1.2 – NORMAS LEGAIS DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	8
1.3 – INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	12
1.4 – SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL	16
1.5 – O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	18
1.6 – ACESSIBILIDADE ABNT NBR 9050:2004	19
1.7 – DEFICIÊNCIA FÍSICA	25
EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO	30
2.1 – EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA	30
RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
3.1 – ANÁLISE ESTRUTURAL DOS AMBIENTES DOS TRÊS <i>CAMPUS</i>	35
3.2 – ANÁLISE DOS AMBIENTES DO CAMPUS NOVO PARAÍSO.....	35
3.3 ANÁLISE DOS AMBIENTES DO CAMPUS AMAJARI.....	46
3.4 – ANÁLISE DOS AMBIENTES DO CAMPUS BOA VISTA	58
3.5 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E COM OS ALUNOS DEFICIENTES FÍSICOS DO CAMPUS BOA VISTA.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXOS.....	86

INTRODUÇÃO

Minha trajetória docente teve início no ano de 1994, quando obtive o grau de licenciado em Educação Física, pela Universidade Católica de Brasília. Trabalhei como professor no Centro de Treinamento em Educação Física Especial, uma associação filantrópica que fazia atendimento a alunos com deficiência; em seguida fui professor nível II da então Fundação Educacional do Distrito Federal, trabalho desenvolvido como professor itinerante, realizando a orientação de professores do ensino regular que tinham alunos deficientes.

Em 1995 retornei para minha cidade natal, Boa Vista, onde trabalhei inicialmente no Departamento de Educação Física da Secretaria de Estado da Educação. Nesse trabalho tive a oportunidade de desenvolver um programa com o objetivo de atender alunos deficientes na rede regular de ensino. Esse programa foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, parecer n° 24/96 processo n° 35/96. No mesmo ano, com o desenvolvimento do trabalho, formamos a primeira equipe de natação com alunos deficientes físicos e ainda participamos de um evento em Brasília. Esse trabalho continuou até o ano de 2006 com a participação e organização de várias competições. No ano de 1996, fui trabalhar no Centro de Educação Especial do Estado, onde passei dez anos de minha vida profissional. Em 1997 entrei no movimento paraolímpico, levando uma equipe de natação com atletas deficientes físicos para a cidade de Porto Velho – RO, onde participamos do II Campeonato Regional Norte Paradesportivo. Essa equipe se classificou para participar dos I Jogos Brasileiros Paradesportivos de Natação, realizado em Natal -RN.

No ano de 2000, participei como técnico de natação da Região Norte nos Quartos Jogos Brasileiros Paradesportivos, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. No mesmo ano, organizei os III Jogos Regionais Paradesportivos – Região Norte. Ainda em 2000 fui nomeado Coordenador da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas – ABRADecAR, na Região Norte. A partir desse momento, através da coordenação, organizei várias competições na Região Norte, mais especificamente em Boa Vista, por apresentar condições favoráveis para a realização dessas competições. Em 2002, implantamos a bocha adaptada, em seguida participamos das primeiras competições com esse grupo de alunos. No decorrer de minha trajetória docente procurei me aperfeiçoar através de conhecimentos da

área da educação física adaptada, atuando na escola especial do Estado e em associações desportivas para deficientes.

Em 2004 entrei no quadro de professores do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima – CEFET – RR, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima IFRR, realizando sempre trabalho com alunos deficientes. No ano de 2006, com um grupo de professores participei da implantação do NAPNE – Núcleo de Apoio Profissional para Pessoas com Necessidades Especiais, programa do MEC. Implantamos no mesmo ano um trabalho de natação com alunos deficientes físicos, com atendimento totalmente voltado para a comunidade.

Atualmente tenho um trabalho de extensão que atende pessoas deficientes físicas na modalidade natação, dentro do IFRR, onde preparamos atletas para representar as associações em competições paralímpicas. Enfim, nos últimos anos tenho voltado meus interesses acadêmicos e profissionais no sentido de discutir e intervir no processo de inclusão no Brasil, principalmente no que diz respeito às condições de acessibilidade física das pessoas com deficiência física.

Este trabalho busca analisar em que medida o professor de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR está preparado para atender aos alunos com deficiência física, a partir de conhecimentos da área de Educação Física adaptada e de suas práticas pedagógicas, observando e investigando quais são as condições de acessibilidade física nos três campi que formam a estrutura do referido Instituto.

Esta pesquisa utilizou metodologias que nos possibilitaram a realização de uma pesquisa exploratória qualitativa, procurando entender as atividades da investigação que podem ser denominadas específicas. Foram utilizadas entrevistas com alunos deficientes físicos e professores de educação física do *campus* boa vista, para a investigação das praticas pedagógicas do professor de educação física e um terceiro instrumento de coleta de dados foi o registro fotográfico com análise observando a NBR ABNT 9050:2004, para a investigação do acessibilidade física.

O IFRR tem sua estrutura física formada por três campi localizados estrategicamente no Estado de Roraima com o objetivo de atender a todos os municípios. O Campus Boa Vista, localizado na capital do Estado, encontra-se geograficamente na parte central do Estado. É o maior campus, atendendo a 3.000 alunos com cursos nas áreas industrial, de serviços e da

saúde. O campus passou por várias transformações institucionais: foi Escola Técnica do Estado, Escola Técnica Federal, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, e com a criação dos Institutos Federais, Campus Boa Vista . O Campus Novo Paraíso, localizado na região sul do Estado na rodovia BR 174 Km 512 a 270 Km de Boa Vista, atende a 260 alunos. É um Campus agrícola com cursos técnicos na área da agropecuária e agricultura, nas modalidades integrado e subsequente, e atende a todos os municípios da região. Também passou por algumas transformações: foi Unidade de Ensino descentralizada – UNED e com a criação dos Institutos, Campus Novo Paraíso. O Campus Amajari, localizado na região norte do Estado na rodovia RR 203 a 150 km de Boa Vista, atende a 150 alunos. Também tem finalidade agrícola, com cursos nas áreas de agropecuária e agricultura, e foi criado como um dos Campi do IFRR.

O Campus Boa Vista tem matriculados cinco alunos com deficiência física e atendidos nas aulas de educação física; o *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari não tem alunos com deficiência física no momento.

O IFRR vem, ao longo de sua criação, desenvolvendo políticas voltadas ao atendimento do aluno com deficiência, tanto na orientação pedagógica do professor quanto nas adequações arquitetônicas dos espaços físicos. Porém, este trabalho de pesquisa irá discutir a implementação da política de acessibilidade desenvolvida pelo Governo Federal analisando as leis e normas específicas que sendo observadas, no sentido de perceber se permitem proporcionar um maior alcance ao aluno com deficiência no desenvolvimento de suas ações.

O desafio que as Instituições de Ensino e o IFRR irão enfrentar provavelmente em um curto espaço de tempo, será o de receber mais alunos com deficiência física, pois levando em consideração o aumento populacional das regiões do Estado de Roraima e o desenvolvimento das políticas de inclusão escolar postas pelo Ministério da Educação, o número de alunos com deficiência física nessas Instituições tende a crescer. Assim, é necessário ao IFRR acompanhar esse fenômeno, caracterizando e desenvolvendo internamente políticas voltadas para a inclusão e permanência de alunos com deficiência.

O professor de Educação Física do IFRR pode contribuir para que a escola tenha um espaço inclusivo e, a partir de reflexões e debates dentro do ambiente escolar, contribuir também com as mudanças físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, em que diversos

elementos como o acesso físico, o conhecimento específico da área de educação física adaptada e as condições de trabalho dos profissionais relacionam-se, formando uma estrutura extremamente complexa. Assim, para que as atividades de educação física possam acontecer é necessário a adaptação física do espaço, seguindo as normas da ABNT, principalmente a NBR ABNT NBR 9050:2004.

Este assunto é de fundamental importância para o desenvolvimento da Educação Física dentro de um processo de inclusão escolar do aluno com deficiência física. Nossa preocupação com o presente trabalho foi a de verificar a situação de acessibilidade física e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física nos Campi do IFRR.

O presente trabalho assume ainda um papel preeminente na tentativa de mostrar as possibilidades de atuação e participação dos alunos com deficiência física durante a realização das aulas de Educação Física, caracterizando essa disciplina como um componente curricular capaz de ser um meio que possibilite a inclusão dessas pessoas no meio social em que vivem.

Esse conjunto de preocupações constitui o cenário que retrata a situação problema deste trabalho. Essa problemática emergiu a partir de conhecimentos adquiridos ao longo de vários anos de trabalho. Vivenciando o movimento paralímpico verificamos que muitos alunos não tinham passado pelo trabalho de iniciação desportiva dentro das aulas de Educação Física, que o conhecimento de seus direitos quanto a acessibilidade não existia e que passado os momentos de competição essas pessoas voltavam para suas atividades do dia a dia sem perceber e valorizar suas conquistas. Assim, o contexto que envolve essa pesquisa pode desencadear discussões na área da educação física, motivando professores e alunos a desenvolverem ações que visem a criação de ambientes de aprendizagem que minimizem possíveis déficits no desenvolvimento da prática pedagógica do professor. Da mesma forma, a discussão dos espaços em que são desenvolvidas as atividades de Educação Física com alunos com deficiência física deve ser outra preocupação constante, para que haja as adaptações necessárias para a realização das atividades, seguindo as legislações e normas em vigor.

A presença do IFRR nas três regiões do estado contribuiu para que muitos alunos com deficiência física possam ter uma formação técnica, pois antes da presença dessa Instituição não havia perspectivas de formação dessa natureza nessas regiões.

Abaixo apresentamos um mapa do Estado de Roraima com a localização dos *Campi* que formam o IFRR, permitindo melhor visualização da disposição geográfica de cada um deles.

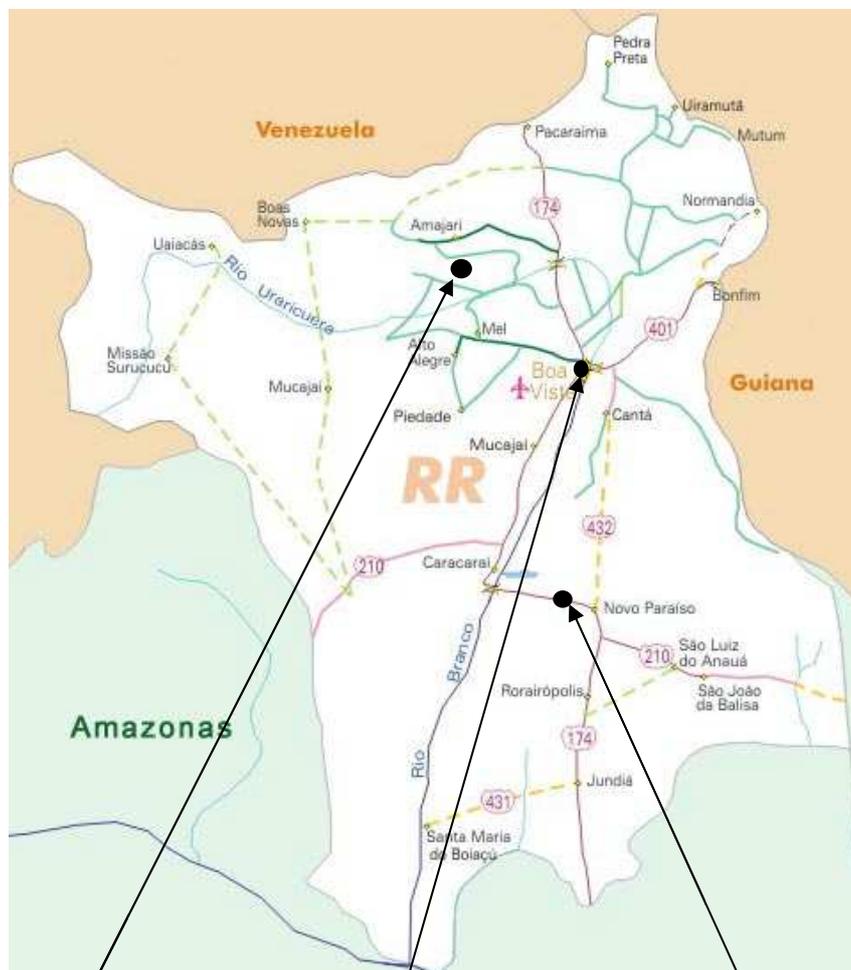


Figura 1: Mapa do estado de Roraima

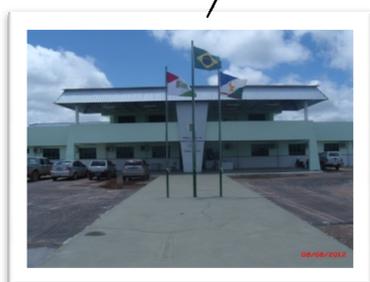


Figura 3: Campus Boa Vista



Figura 4: Campus Novo Paraíso

Nessa perspectiva o processo investigativo foi concebido e orientado pela busca dos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar se as atividades de Educação Física são planejadas, observando as particularidades dos alunos deficientes físicos, através de atividades físicas orientadas para que todos participem.
- b) Identificar se os alunos deficientes físicos realizam as atividades propostas pelos professores, sem que suas limitações físicas impeçam a realização das mesmas.
- c) Identificar se os Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, apresentam acessibilidade física para receber os alunos com deficiência física.

Na formação inicial do professor de Educação Física, a disciplina ou área de conhecimento denominada Educação Física Adaptada surgiu nos cursos de graduação com a resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação que prevê a atuação do professor de Educação Física com deficientes e outros necessitados especiais. Esta resolução indica que muitos professores que atuam nas escolas podem não ter recebido em suas formações iniciais conteúdos dessa área do conhecimento ou do debate mais atual acerca dos processos de inclusão.

As escolas também podem não estar preparadas para receber os alunos com deficiência física. Assim, devido a esta situação a acessibilidade arquitetônica é de fundamental importância para que aconteça de forma satisfatória os trabalhos desenvolvidos com os alunos que são deficientes físicos.

A acessibilidade possibilita ao profissional uma independência na sua prática, principalmente quando ele trabalha com pessoas deficientes. Entretanto, ainda que não haja deficientes físicos a adequação dos ambientes servirá para todos, possibilitando ao professor atender suas demandas de forma satisfatória para o pleno desenvolvimento e execução do planejamento das atividades.

CAPITULO I

INCLUSÃO SOCIAL E INCLUSÃO ESCOLAR

1 – INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. E inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim a inclusão social das pessoas com deficiência significa torná-las participantes da vida social, cultural, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, do Estado e do Poder Público.

Segundo Ribeiro (2009), o modelo econômico capitalista, atual sistema organizacional, reforçou as diferenças sociais, aumentando o contingente de excluídos mediante o desequilíbrio na distribuição de renda, o que, conseqüentemente, gerou as visíveis contradições nas condições de vida, como moradia, saúde, educação e lazer.

A inclusão social vai de encontro com essas desigualdades que não deveriam existir na sociedade, podendo romper com as separações de classes, caso seja desenvolvida plenamente. Mas o percurso não é fácil, pois as desigualdades em um país capitalista são intrínsecas ao próprio sistema. Contudo o movimento de inclusão surge como um desafio para toda a sociedade, que pode, apesar dos fundamentos capitalistas, tornar a sociedade mais justa.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), em 1948 relaciona os seguintes direitos que valem para todos:

- A) **Direitos Cívicos:** direito à liberdade e segurança pessoal; à igualdade perante a lei; a livre crença religiosa; à propriedade individual ou em sociedade; e o direito de opinião (Art. 3º ao 19)
- B) **Direitos Políticos:** liberdade de associação para fins políticos; direito a participar do governo; direito a votar e ser votado (Art. 20 e 21).
- C) **Direitos Econômicos:** direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegure uma vida digna, à organização sindical e direito a jornada de trabalho limitado (Art. 23 e 24)..
- D) **Direitos Sociais:** direito à alimentação; à moradia; à saúde; à previdência e assistência; à educação; à cultura e direito a participação nos frutos do progresso político (Art. 25 ao 28)

Estes direitos vêm sendo conquistados pelas sociedades ao longo de muitas lutas, de acordo com as condições históricas de cada país. Com isso é de fundamental importância que esses direitos sejam cumpridos, o seu fortalecimento depende desse cumprimento. Diante disso, a inclusão social das pessoas com deficiência fundamenta-se nos direitos humanos fundamentais.

Assim orientada, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, em 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Esta Declaração passou a ser a referência na luta dos direitos dessas pessoas na sociedade.

Segundo MACIEL, atualmente no Brasil, existem milhares de pessoas com algum tipo de deficiência sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluídas do mercado de trabalho.

Percebe-se que a inclusão social das pessoas com deficiências depende de seu reconhecimento como pessoa integrante da sociedade, que apresentam necessidades específicas que devem ser entendidas, gerando direitos que dependem do cumprimento dos direitos fundamentais acima citados.

1.2 – NORMAS LEGAIS DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º menciona dois fundamentos que amparam os direitos de todos os brasileiros, incluindo as pessoas com deficiência: a cidadania e a dignidade.

Da mesma forma, em seu artigo 5º afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Este artigo da Constituição confirma o desenvolvimento do processo de educação inclusiva, caracterizando a igualdade perante a lei. Esta situação poderá proporcionar a convivência sem a preocupação de condições físicas ou qualquer diferença entre as pessoas.

O acesso a saúde e a assistência pública também segundo a Constituição Federal de 1988 no art. 23...II é garantida para as pessoas com deficiência, possibilitando o atendimento gratuito.

A constituição garante a assistência pública e a saúde dessas pessoas. Geralmente os deficientes, através das associações e organizações de classe, precisam adquirir conhecimentos para enfrentar as dificuldades existentes na sociedade e lutar para que a mesma atenda seus direitos prescritos nas leis, já que, em sua maioria essas pessoas são provenientes das classes menos favorecidas..

No artigo 24.... XIV a Constituição garante a proteção e integração social das pessoas com deficiência. A proteção e a inserção social das pessoas com deficiência, vem sendo ao longo de vários anos uma luta na sociedade brasileira, este artigo vai também garantir no momento o processo de inclusão social.

No artigo 37.... VIII lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

A Constituição brasileira de 1998 em seu artigo 37, garante as pessoas com deficiência o acesso ao emprego, possibilitando a participação dessas pessoas no meio social do qual elas fazem parte. A luta neste momento é garantir a essas pessoas este acesso, respeitando a nossa Constituição.

Os três artigos da Constituição brasileira possibilitam às pessoas com deficiência a participação e a inserção dos mesmos na sociedade, buscando garantir a sua cidadania.

Em 24 de outubro de 1989 foi sancionada a lei 7.853, um marco na legislação brasileira voltada para as pessoas com deficiência, pois esta lei vai dispor sobre o apoio à pessoa com deficiência e sua integração social, disciplinando a atuação do Ministério Público. O documento encerra cinco sessões que tratam da saúde, educação, habilitação e reabilitação profissional, do acesso ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer. Esta lei foi regulamentada no ano de 1999 pelo decreto 3.298.

As conquistas foram incrementadas pelo decreto 5.296/2004, da acessibilidade; o decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei 10.436, dispondo sobre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e o decreto 5.904/2006 dispondo sobre o uso do cão guia pela pessoa com deficiência visual.

As regulamentações das leis da acessibilidade, da língua brasileira de sinais e do cão guia, representam um marco histórico no Brasil, reforçando o movimento da inclusão social e garantido as possibilidades de convívio social das pessoas com deficiência.

Estas conquistas foram marcadas pelo envolvimento de pessoas que acreditaram na possibilidade da igualdade. Essa luta ainda continua, a cada ano que passa novas conquistas são realizadas. Atualmente as pessoas com deficiência estão organizadas com um maior apoio legal, dessa forma podemos considerar que a inclusão social poderá acontecer. Assim, a sociedade poderá mudar as suas estruturas e serviços oferecidos, abrindo espaços conforme as necessidades de adaptação específicas para que cada pessoa com deficiência seja capaz de interagir com igualdade de direitos na sociedade.

No tabela abaixo estão os principais documentos legais que norteiam a inclusão social no Brasil.

Tabela 1
Principais Movimentos Sociais e Documentos Relativos à Inclusão Social no Mundo e no Brasil

Documento	Referência	Ano
Declaração dos Direitos Humanos (ONU).	Direitos Cívicos; Políticos; Econômicos e Sociais.	1948
Movimento de pais de pessoas com deficiências.	Contra-pondo-se ao estado de segregação que era imposto as pessoas com deficiências e reclamando o direito a convivência.	1960
Declaração dos Direitos das Pessoas Com Deficiência	Direito a dignidade humana; Direitos cívicos e políticos; Direito a segurança social e econômica; Direito a Viver com sua família; Direito a Proteção contra toda a exploração e todo o tratamento discriminatório etc...	1975
Constituição Federal	artigo 5º; artigo 23..... II; artigo 24....XIV; artigo 37.... VIII	1988
Lei 7.853	Saúde, educação, habilitação e reabilitação profissional, do acesso ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao turismo e ao lazer	1989
Lei 7.899	Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social.	1989
Lei 8.213	Lei das Cotas	1991
Lei 8.899	Criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE	1994
Lei 10.098	Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade	2000
Decreto 3.691	Regulamenta a lei 8.899/94, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual	2000
Decreto 3.956	Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Retifica a convenção da OEA.	2001

Tabela 1

Principais Movimentos Sociais e Documentos Relativos à Inclusão Social no Mundo e no Brasil, continuação.

Lei 10.048	Prioridade a pessoa com deficiência e ao idoso	2000
Decreto 5.296	Regulamenta a lei 10.98 e 10.048	2004
Decreto 5.626 que regulamenta a lei 10.436	LIBRAS	2005
Decreto 5.904	Cão Guia	2006

Diante do movimento histórico exposto na tabela – 1, a sociedade poderá oportunizar as pessoas com deficiência a participação no grupo social da qual as mesmas fazem parte, democratizando efetivamente o processo de inclusão social, caracterizando a igualdade entre as pessoas.

Como parte dos processos recentes de democratização da sociedade brasileira, muito se tem conseguido na conquista por políticas públicas e por marcos legais que dêem a esses grupos algumas das condições de vida. É pouco, no entanto, diante dos séculos de exclusão social a que foram submetidos, e muito ainda tem de ser feito para se chegar a uma sociedade verdadeiramente inclusiva que lhes assegure a igualdade de direitos e respeito às diferenças. (MEC, 2007 p. 6)

Muitas conquistas feitas pelas pessoas com deficiência foram alcançadas a partir do momento que as mesmas tomaram consciência de que poderiam se organizar e lutar pelos seus direitos. As organizações de deficientes foram desenvolvendo uma rede, que passou a ter representações em várias capitais do país. Um exemplo importante dessa rede é o movimento paralímpico, reunindo organizações como: a Associação Nacional de Desporto para Deficientes – ANDE e a Confederação Brasileira de Desportos para Cegos – CBDC, utilizando o esporte como mecanismo de inclusão das pessoas com deficiência.

A inclusão social é um processo de construção das igualdades sociais sem caracterização de diferenças, buscando promover grandes e pequenas modificações de pensamentos, ambientes, espaços internos e externos. A própria pessoa com deficiência vai também passar pelo processo de inclusão, na medida em que consegue se reconhecer com cidadão efetivamente participante na vida social. Quanto mais a sociedade adotar a inclusão mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos.

Apenas a vontade de que haja transformação social não engendra essa mudança. Além do mais, para torná-la realidade, é necessário ter um conhecimento profundo das resistências que todo sistema social oferece em contrapartida. A convivência diária com realidades regidas por éticas antagônicas faz dos seres humanos indivíduos sumamente hábeis para perceber e priorizar, em cada contexto social, o fragmento da realidade que poderá melhor se adequar a seus interesses em cada momento. Aliado a esse processo de atribuição de significado positivo relacionado à parcela de realidade resultante de interesse, ocorre um processo complementar que permite ignorar o que incomoda. (BRASIL, MEC 2007 p 12)

Neste sentido, a inclusão social em alguns países está em fase mais adiantada e o processo de inclusão e as barreiras físicas e sociais são cada vez menores. Embora a inclusão não seja uma necessidade exclusiva das pessoas com deficiência, muitas vezes ela ganha maior visibilidade na forma de rampas, equipamentos adaptados para pessoas com impedimentos auditivos ou visuais ou na presença de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho.

1.3 – INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

A escola é uma instituição que também oportuniza à criança aprender a conviver com outras crianças fora do ambiente familiar. Infelizmente, milhares de crianças, adolescentes e jovens brasileiros com deficiência não têm acesso a essa instituição e ficam à margem do grupo social e etário do qual fazem parte. A escola, assim, assume papel fundamental no processo de inclusão dessas pessoas, oferecendo a possibilidade de trabalhar e orientar o convívio entre pessoas diferentes, com costumes e atitudes de outras regiões, enfim, realizar a verdadeira participação de todos sem o olhar individualizado, tornando-se um meio de tencionar a discriminação.

A educação inclusiva não é uma moda passageira. Ela é um resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo (SACI, 2005, p. 14).

A inclusão escolar vem ganhando força no plano internacional a partir do desenvolvimento da política de universalização da educação básica, que aconteceu no início da década de noventa com o surgimento da palavra inclusiva, ou seja, educação inclusiva.

Ao reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos sistemas de ensino, surge a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e possibilitar a criação de alternativas para superá-las. Assim, a educação inclusiva assume um papel de superar a lógica da exclusão.

A proposta de “educação para todos” é recente na história das sociedades capitalistas, remonta ao final do século XIX e início do século XX na Europa. Tal ideário ganhou força durante a primeira metade do século XX, culminando, após as duas grandes guerras mundiais, com a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, na qual se estabeleceu o seguinte princípio: “toda pessoa tem direito à instrução. (PLETSCH,2010, p35)

Os conceitos do movimento de “educação para todos” vem ao longo dos anos influenciando o desenvolvimento da política de educação inclusiva no Brasil.

Segundo Plestsch (2010), tais preceitos podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- a) universalizar o acesso à educação aos grupos historicamente excluídos, como os pobres, as minorias étnicas, as mulheres e as pessoas com deficiência;
- b) promover as necessidades básicas de aprendizagem;
- c) promover a equidade, considerando a qualidade do ensino;
- d) priorizar a qualidade, garantindo a aprendizagem efetiva;
- e) ampliar os meios e raio de ação da Educação Básica, nesse caso incluindo a esfera familiar e os diversos sistemas disponíveis;
- f) fortalecer alianças que possam contribuir significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de Educação Básica (WCEFA,1990).

A Educação para Todos é uma declaração progressista que sugere a universalização da Educação Básica como “direito”, propõe novas formas de acesso, tanto presencial como à distância, flexibiliza o currículo, enfim, traz em sua concepção algo novo que poderá mudar a forma padronizada da educação que vem sendo desenvolvida.

A declaração também busca romper com várias formas de modelos postos dentro do sistema escolar, pois vai possibilitar, com sua universalização, novas propostas de desenvolvimento do ensino, como por exemplo, modificar o sistema seriado, adotado pela educação brasileira, no qual pessoas com deficiências possivelmente tem dificuldades em adaptar-se.

Em 1994, foi realizado a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, com fundamentação da Declaração de Educação para Todos, que posteriormente originou a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Com isso, em 1999, realizou-se na Guatemala, a Convenção da Guatemala, evento importante para o desenvolvimento da inclusão escolar em nível internacional.

Segundo Silva (2010), este documento, entre outros pontos, reafirma a necessidade de revisão do caráter discriminatório das práticas escolares consideradas perversas, o que, na realidade, representa a produção interna da exclusão.

No Brasil foram elaborados vários documentos dessa natureza. No quadro abaixo apresentamos um resumo dos principais documentos brasileiros relativos às políticas de inclusão social e escolar.

Tabela 2

Principais Documentos Relativos à Inclusão Escolar no Brasil

Documento	Referência	Ano
Constituição Federal	Art. 208 ...III Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.	1988
Estatuto do menor	Art. 13 – Que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos inerentes a pessoa humana e que as crianças e os adolescentes “portadores de deficiência” tem direito ao atendimento educacional (...) preferencialmente na rede regular de ensino”	1990
Lei 9.394/96	Trata do tema Pessoas com Necessidades Especiais	1996
Decreto 3.298	Dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.	1999
Diretrizes Nacionais para Educação Especial, na Educação Básica	Educação Especial na Educação Básica, com base na Declaração de Salamanca 1994	2001
Resolução nº 02 Conselho Nacional de Educação	Estabelece obrigatoriedade dos sistemas de ensino de assegurar a acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e a provisão de mobiliários, equipamentos e transportes escolares adaptados.	2001
Decreto nº 3.284	Prevê Interprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	2003

Tabela 2
Principais Documentos Relativos à Inclusão Escolar no Brasil, continuação.

Decreto 5.296	Regulamenta as leis 10.048/00 e 10.098/00 Que dispõem sobre a garantia da acessibilidade escolar aos alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação das barreiras arquitetônicas, de transporte e comunicação.	2004
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva	Educação Inclusiva	2008
Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial.	Atendimento especializado	2009

Na Tabela – 2, observamos o movimento histórico da inclusão escolar, no mesmo sentido da inclusão social. Assim, espera-se da sociedade a democratização do processo na inclusão escolar, garantindo o acesso a todos os alunos sem distinção da condição física.

A “nova” política vem sendo amplamente difundida pela secretaria de Educação Especial, orientando os sistemas de ensino a transformarem-se em sistemas educacionais inclusivos, já em sintonia com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, conhecida como declaração da ONU – Organização das Nações Unidas -, aprovada pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2008. (PLETSCH,2010, p. 50)

Esse processo de desenvolvimento dos documentos jurídicos que visam a implantação e a implementação da inclusão escolar no Brasil, foi muito importante para que todo o sistema educacional brasileiro tivesse uma orientação fundamentada e caracterizada. Esse processo ainda acontece nos dias atuais, pois a conscientização dos dirigentes, professores e alunos vai além da elaboração de leis ou qualquer documento regulamentar. Ela passa pela mudança de pensamento do modelo atual de educação que pode muitas vezes estar indo de encontro aos princípios da inclusão escolar.

Apesar de existir um arcabouço de leis e políticas pró-inclusão, percebe-se que esses direitos conquistados ainda não foram implementados em nossas escolas. Isso pode ser observado ao verificarmos que algumas situações ainda permanecem inalteradas, como: o

grande número de alunos em sala de aula; a falta de acessibilidade física; o sistema seriado de ensino das escolas brasileiras; a falta de conteúdos direcionados aos alunos com deficiência; o preconceito e a discriminação ainda presentes em nossa sociedade; a falta de continuidade de trabalhos governamentais e outros problemas que contribuem com essa situação.

Sobre a Educação Inclusiva:

Em suma, para efetivar a inclusão no contexto escolar há que se levar em conta as múltiplas dimensões vivenciadas pelas pessoas com deficiência, pois suas vidas, assim como as de todos os seres humanos, são formadas por diferentes experiências e relações sociais. (PLETSCH,2010, p 93)

A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista e terapêutica da Educação Especial. (MANTOAN,2008, p 30)

Nessa perspectiva destaca-se a possibilidade e a vantagem da convivência de alunos diferentes, que têm direito a uma educação unificada para que possam juntos terem a formação adequada para alcançarem uma qualidade de vida no grupo social do qual fazem parte.

Tanto a escola comum como a escola especial ainda não perceberam a sua função no processo de inclusão escolar; a primeira não quer o aluno com deficiência, pois afirma que esse deve ter um atendimento especializado; a segunda tem pressa em incluir o aluno com deficiência na escola comum, e, assim, nenhuma das duas parece ainda ter atentado para a emergência e urgência da questão. Cria-se um conflito onde o maior prejudicado é o aluno com deficiência, ele não pode esperar a solução dessa falta de objetivos das escolas.

Adaptar o ensino para alguns alunos de uma turma de escola comum não conduz e não condiz com a transformação pedagógica dessas escolas, exigidas pela inclusão. A inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamento, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão de processo educativo. (MANTOAN,2008, p 37)

1.4 – SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

A sala de recurso multifuncional tem como objetivo realizar o atendimento pedagógico e contribuir com o desenvolvimento da inclusão dentro da escola. Esse atendimento deverá ser feito em paralelo ao atendimento na classe comum em que o aluno estiver incluído.

A sala de recursos multifuncionais se caracteriza como serviço especializado de natureza pedagógica com auxílio de materiais específicos e equipamentos tecnológicos, que apoiam e complementam o atendimento educacional realizado nas classes de ensino regular, mediante a necessidade de cumprimento do estabelecido nos documentos oficiais para a educação. (MACEDO; CARVALHO; PLETSCHE, 2011, p 40)

O professor da sala de recursos multifuncionais deverá ser um articulador junto com o professor do ensino regular. Juntos os mesmos irão trabalhar com a comunidade escolar no sentido de conscientizá-la sobre os princípios da inclusão escolar, trabalhar com a família, realizar a interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social entre outros necessários ao atendimento.

Segundo o Art. 13. da Resolução 04/09 do Conselho Nacional de Educação são atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Nessa perspectiva a inclusão escolar das pessoas com deficiências depende da quebra dos preconceitos e do reconhecimento da escola sobre as potencialidades desses alunos.

Todos devem ser conscientizados objetivando o desenvolvimento da proposta, pois novas estratégias deverão ser implementadas na escola para que ocorra a inclusão tão esperada.

Novas políticas públicas na área da Educação Especial devem ser traçadas no intuito da conscientização da inclusão escolar. Há vários desafios a serem enfrentados, mas grandes avanços foram conquistados. Tem-se o respaldo da legislação. Professores, alunos, pais, gestores/diretores devem contribuir para o alcance da inclusão como prática de não teoria. (SILVA; PAULA; BALARIM, 2009)

A inclusão escolar então deverá ser desenvolvida na prática, dentro de uma orientação fundamentada em todos os documentos legais que estão postos nessa área, para isso todos deverão participar dessa construção, todos devem ter um papel, para que o processo inclusivo venha a ter êxito dentro das escolas brasileiras.

Estamos vivendo um momento de tomadas de decisão, em que não adianta mais “tapar o sol com a peneira”. O próprio tempo, de tão longo, já foi suficiente para que se entendesse o que é proposto como uma escola para todos. Se ainda não conseguimos avançar em sua direção, é porque, certamente, pesam muito essas contendas e esses desencontros entre os que se dispõem a progredir, a revirar as escolas comuns e especiais do avesso, e os que querem conservá-las como estão, para garantir outros benefícios, para impedir avanços, para barrar o povo. (MANTOAN, 2008, p 35)

Diante desta situação a educação inclusiva ganha uma significação nesse processo de se propor uma escola para todos sem diferenciar as pessoas. Os conflitos postos neste caminho devem ser discutidos, analisados e avaliados para que os pensamentos sejam respeitados. Nestas discussões deve haver uma troca de experiências para se chegar a um novo pensamento que garanta a participação de todos, onde comunidade, escola, professores e alunos possam estabelecer papéis dentro deste processo.

1.5 – O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O professor que vai atuar na educação inclusiva deverá ter sucesso em sua intervenção, quando reconhecer a sua importância social neste processo de inclusão. Esta intervenção vai consistir na adoção de novos conceitos e estratégias, uso de novas técnicas e novas formas de avaliação.

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e as necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. (SANT’ANA, 2005)

O professor que vai atuar com alunos deficientes físicos deve passar por um processo de absorção de conhecimentos e principalmente deve estar sensível ao movimento de inclusão escolar. Isso não significa que ele tenha que ter pena da situação do aluno, e essa talvez seja

uma das problemáticas que o professor da educação inclusiva tenha que resolver. A partir do momento em que o professor começa a trabalhar nessa área ele poderá buscar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, e essa busca vai orientar sua atuação na educação inclusiva.

Não é suficiente que haja uma escola desenvolvida e fundamentada na inclusão; não basta que a arquitetura e a edificação dessa instituição de ensino estejam respeitando as normas e leis vigentes. É necessário que a conscientização das pessoas esteja sendo feita, para permitir que haja a interação social de todos, sem diferenciar os indivíduos que participam deste ambiente. É necessário que o professor avance na busca de conhecimentos orientadores para o seu planejamento na educação inclusiva, para que a qualidade de seus serviços possa evidenciar as teorias caracterizadas nesse processo. Se o professor acreditar que ele, como agente de transmissão do conhecimento, pode contribuir para o desenvolvimento do processo de educação inclusiva, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação proposta.

1.6 – ACESSIBILIDADE ABNT NBR 9050:2004

A ABNT NBR 9050:2004 p. 1 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto às condições de acessibilidade:

- a) Projeto;
- b) Construção;
- c) Instalação e
- d) Adaptações de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Quanto aos objetivos da norma:

- a) No estabelecimento dos critérios e parâmetros técnicos foram considerados diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem ajuda de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeira de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.
- b) Visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estrutura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira

autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos e elementos

As normas abaixo são as que fundamentam a NBR ABNT NBR 9050:2004:

- 1) ABNT NBR 9077:2001 – Saídas de emergência em edifícios – Procedimento
- 2) ABNT NBR 9283:1986 – Mobiliário urbano – Classificação
- 3) ABNT NBR 9284:1986 – Equipamento urbano – Classificação
- 4) ABNT NBR 10283:1988 – Revestimentos eletrolíticos de metais e plásticos sanitários - Especificação
- 5) ABNT NBR 10898:1999 – Sistema de iluminação de emergência
- 6) ABNT NBR 11003:1990 – Tintas – Determinação da aderência – Método de ensaio
- 7) ABNT NBR 13994:2000 – Elevadores de passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de

A norma 9050/2004 apresenta algumas definições importantes para o contexto desta pesquisa, que nos ajudaram a estabelecer parâmetros e análises:

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

Adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

Adequado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

Altura: Distância vertical entre dois pontos.

Área de aproximação: Espaço sem obstáculos para que a pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança.

Área de resgate: Área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro.

Área de transferência: Espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se.

Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

Calçada: Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro.

Calçada rebaixada: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável.

Circulação externa: Espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres. As áreas de circulação externa incluem, mas não necessariamente se limitam a, áreas públicas, como passeios, calçadas, vias de pedestres, faixas de travessia de pedestres, passarelas, caminhos, passagens, calçadas verdes e pisos drenantes entre outros, bem como espaços de circulação externa em edificações e conjuntos industriais, comerciais ou residenciais e centros comerciais.

Ainda segundo a ABNT NBR 9050:2004 para a determinação das dimensões referenciais, foram consideradas as medidas entre 5% a 95% da população brasileira, ou seja, os extremos correspondentes a mulheres de baixa estatura e homens de estatura elevada.

Nesta Norma foram adotadas as seguintes siglas com relação aos parâmetros antropométricos:

M.R. – Módulo de referência;

P.C.R. – Pessoa em cadeira de rodas;

P.M.R. – Pessoa com mobilidade reduzida;

P.O. – Pessoa obesa;

L.H. – Linha do horizonte.

A ABNT NBR 9050:2004, apresenta várias dimensões, para a adequação das pessoas nos espaços urbanos, assim estão relacionadas abaixo algumas figuras da norma que retratam esta situação.

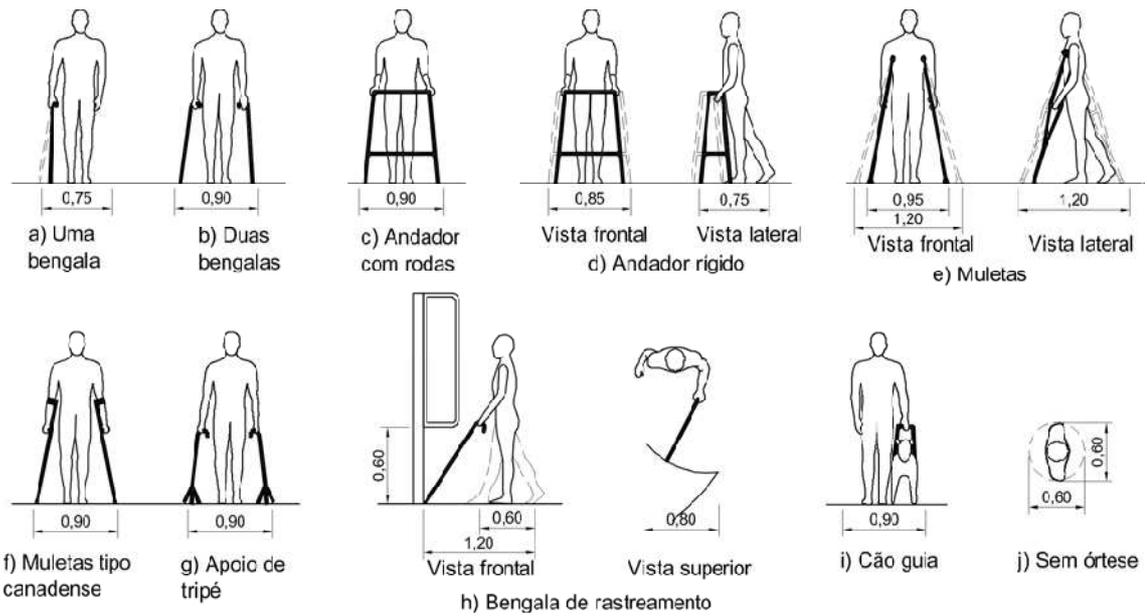


Figura 5: Dimensões de Pessoas em Pé (ABNT NBR 9050:2004, p 5)

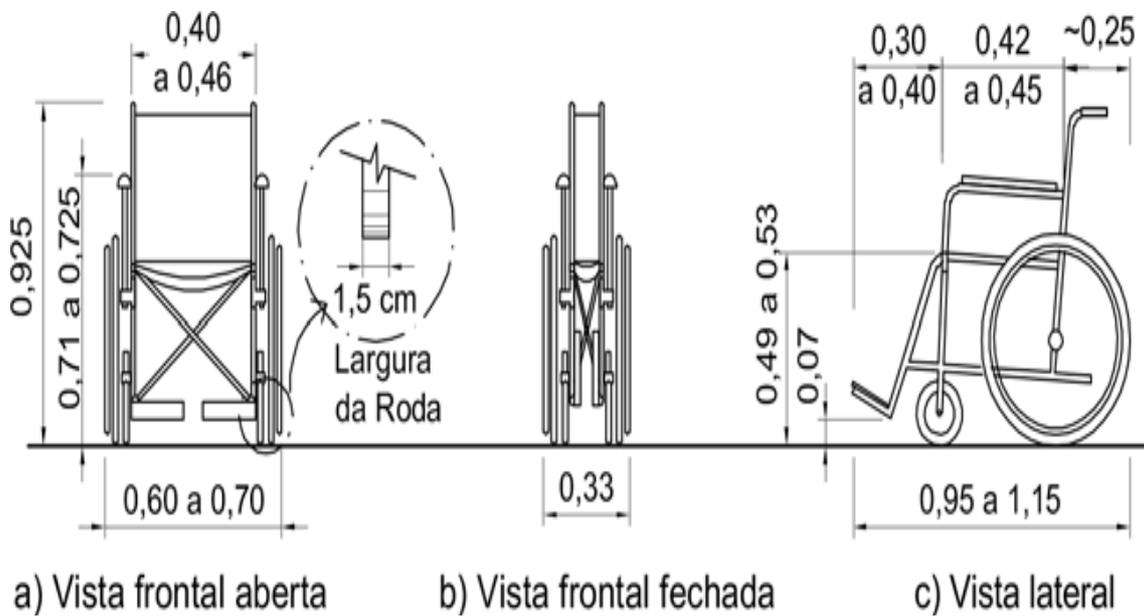


Figura 6: Dimensões da Cadeira de Rodas (ABNT NBR 9050:2004, p 6)

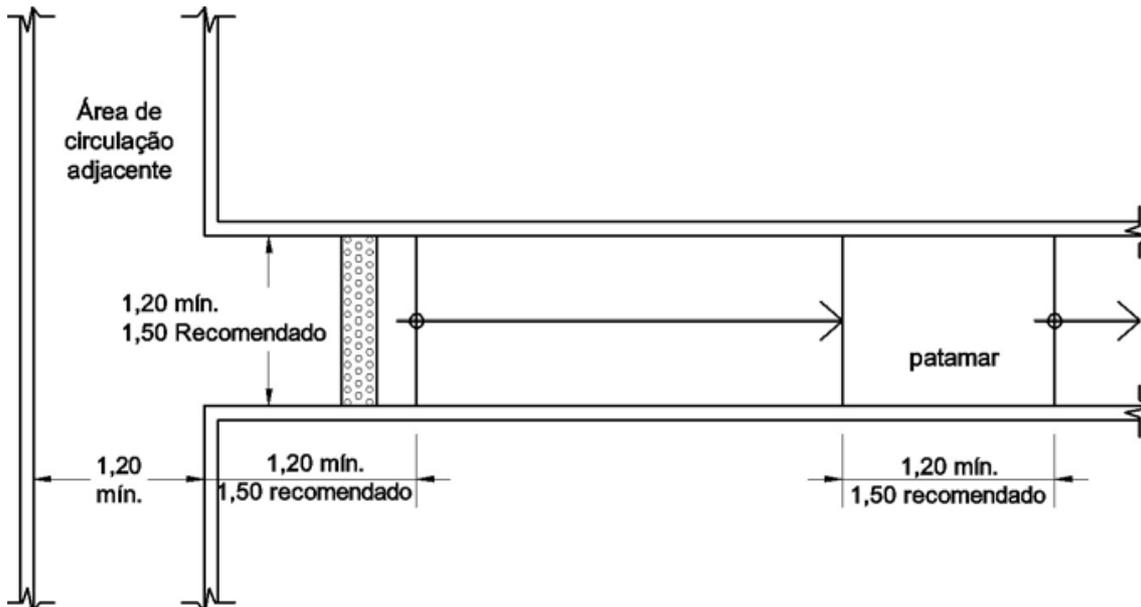
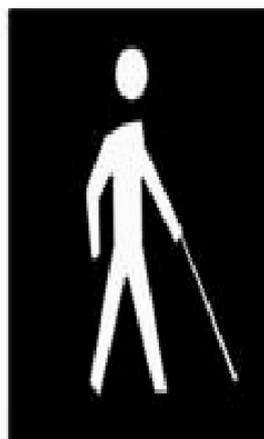


Figura 7: Patamares das Rampas Vista Superior (ABNT NBR 9050:2004, p 44)



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Figura 8: Símbolo Internacional de Acesso (ABNT NBR 9050:2004, p 18)

A ABNT NBR 9050:2004 prevê também as vagas nos estacionamentos que devem estar sinalizadas e de acordo com os padrões de medidas estabelecidas pela ABNT. Prevê também espaços em cinemas, teatros, auditórios e similares, para pessoas em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida e pessoas obesas, conforme tabelas abaixo.

Tabela 3
Vagas de Estacionamento (ABNT NBR 9050:2004)

Número total de vagas	Vagas reservadas
Até 10 -	-
De 11 a 100	1
Acima de 100	1%

Tabela 4
Espaços Para Pessoa Em Cadeira de Rodas e Assentos Para Pessoa com Mobilidade Reduzida e Pessoa Obesa ABNT NBR 9050:2004)

Capacidade total de Assentos	Espaços para Pessoa em Cadeira de Rodas	Assento para Pessoa com Mobilidade Reduzida	Assento Pessoa Obesa
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do Total	1%	1%
De 501 a 1 000	10 espaços, mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1 000	15 espaços, mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1 000

A lei 10.098/00 estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, regulamentando a ABNT NBR 9050:2004 e obrigando o poder público a adaptar-se para receber essas pessoas. Essa lei é uma das conquistas que não é apenas para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pois ela garante a possibilidade de acesso a todas as pessoas.

O acesso físico a todas as pessoas com deficiência está sendo fiscalizado pelo poder público, assim o mesmo teve que se adaptar fisicamente para receber essas pessoas e solicitar à sociedade o cumprimento da lei da acessibilidade fundamentada na NBR 9050/2004. Um exemplo são os órgãos responsáveis em garantir a aplicabilidade da lei, os Ministérios Públicos Federais e Estaduais em todo o Brasil. Estes estão realizando adequações em suas

edificações para receber pessoas com deficiência e, a partir desta ação exigir das organizações públicas essas adaptações em suas edificações.

Durante todos esses anos em que as conquistas nessa área da acessibilidade vêm sendo desenvolvidas, várias foram as tentativas de realizar essas adequações nos espaços urbanos, principalmente para atender as pessoas com deficiência. A garantia agora jurídica vem se estabelecer no Brasil com a regulamentação da lei 10.098/00, que fez a ABNT NBR 9050:2004 ser respeitada, fomentando a sua aplicabilidade principalmente nas edificações públicas e privadas, contribuindo com o processo de inclusão social e inclusão escolar, ou seja possibilitando mais um mecanismo de ajuda para que esta situação seja promovida na sociedade.

Nessa direção, outra referência importante é a organização das associações de pessoas com deficiência, que através de mobilizações em seus Estados, contribuíram para garantir os direitos que estão expressos nas leis.

Conforme o Decreto nº 5.296/04:

A acessibilidade é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

1.7 – DEFICIÊNCIA FÍSICA

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Para melhor entendimento, seguem-se algumas definições:

- Amputação - perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;
- Paraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- Paraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- Monoplegia - perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);

- Monoparesia - perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- Tetraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- Tetraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- Triplegia - perda total das funções motoras em três membros;
- Triparesia - perda parcial das funções motoras em três membros;
- Hemiplegia - perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- Hemiparesia - perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- Ostomia - intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);
- Paralisia Cerebral - lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;
- Nanismo - deficiência acentuada no crescimento. É importante ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Esclarecemos que a pessoa com deficiência pode desenvolver atividades laborais desde que tenha condições e apoios adequados às suas características.

A deficiência física refere-se também ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo(s) segmento(s) corpora(is) afetado(s) e o tipo de lesão ocorrida¹.

As deficiências físicas são caracterizadas pelo comprometimento motor, que podem estar associadas a problemas neurológicos, perdas de membro e má formação congênita.

Os tipos e características das deficiências físicas estão relacionadas abaixo:

- Lesão cerebral (paralisia cerebral, hemiplegias)

¹ <http://www.entreamigos.com.br>

- Lesão medular (tetraplegias, paraplegias)
- Miopatias (distrofias musculares)
- Patologias degenerativas do sistema nervoso central (esclerose múltipla, esclerose)
- Lesões nervosas periféricas
- Amputações
- Seqüelas de politraumatismos
- Malformações congênitas
- Distúrbios posturais de coluna
- Seqüelas de patologias da coluna
- Distúrbios dolorosos da coluna vertebral e das articulações dos membros
- Artropatias
- Reumatismo inflamatório da coluna e das articulações
- Seqüelas de queimaduras

A deficiência física pode acometer o ser humano no período **pré-natal** (antes do nascimento), durante a formação do feto, no período **peri-natal** (durante o nascimento), no momento do parto e no período **pós-natal** (após o nascimento), ou em qualquer tempo da vida. Podemos considerar vários fatores etiológicos que causam as deficiências físicas como:

- A) Violência urbana;
- B) Acidentes desportivos;
- C) Acidentes do trabalho;
- D) Tabagismo;
- E) Uso de Drogas
- F) Desnutrição;
- G) Agentes tóxicos
- H) Falta de saneamento básico;
- I) Acidente de trânsito e
- J) Doenças neoromotoras.

As causas das deficiências físicas estão relacionadas também com a falta de políticas de Estado que promovam o conhecimento da população sobre as situações de risco que causam as deficiências, como o melhoramento da saúde pública, a conscientização sobre os riscos que o trânsito pode causar e inúmeras medidas preventivas. Desta forma, o poder público assume um papel de fundamental importância na vidas dos indivíduos integrantes da sociedade.

Segundo o capítulo II artigo 6 ° da Constituição Brasileira de 1988, são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados.

Com o art. 6 da Constituição a sociedade brasileira poderá cobrar do poder público o compromisso do mesmo de desenvolver ações para o cumprimento dos direitos sociais garantidos, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida dos desamparados.

Os sinais que podem ser observados para o diagnóstico da deficiência física, segundo (BRASIL;SEESP-MEC, 2009, p. 13), são:

- Atraso no desenvolvimento neuropsicomotor do bebê (não firmar a cabeça, não sentar, não falar no tempo esperado).
- Perda ou alterações dos movimentos, da força muscular ou da sensibilidade em membros superiores ou inferiores.
- Erros inatos do metabolismo.
- Doenças infecto-contagiosas e crônico-degenerativas.
- Gestação de alto risco

Realizar exames pr e e pós-natais favorecem a identifica o e a preven o primária e secundária desses sinais de alerta, minorando assim o agravamento dos quadros de limita o e de incapacidade.

A OMS (Organiza o Mundial de Saúde) estima que em tempos de paz, 10% da popula o de países desenvolvidos são constituídas de pessoas com algum tipo de deficiência. Para os países em vias de desenvolvimento estima-se de 12 a 15%. Desses, 20% seriam pessoas com deficiência física. Considerando-se o total de pessoas de qualquer deficiência, apenas 2% deles recebem atendimento especializado, público ou privado.

A deficiência física pode apresentar comprometimentos diversos das fun es motoras do organismo físico, que variam em número e grau, de indivíduo para indivíduo dependendo das causas e da abrangência. Esses comprometimentos relativos   deficiência física podem apresentar-se como:

- leve cambaleio no andar;
- necessidade do uso de muletas ou andador adequados para auxiliarem a execu o da marcha;
- uso de cadeira de rodas que pode ser manobrada pelo indivíduo;
- uso de cadeira de rodas manobrada por terceiros devido   impossibilidade do indivíduo;

- uso de cadeira de rodas motorizada que poderá ser acionada por qualquer parte do corpo onde predomine alguma função voluntária.

Esses problemas poderão estar associados ou não a:

- dificuldades de linguagem (disartria, anartia);
- dificuldades visuais (estrabismo, nistagmo, visão sub-normal);
- dificuldades auditivas com possibilidade de compensação com uso de aparelho específico.

Neste contexto o processo de inclusão social e escolar das pessoas com deficiências, vem ao longo de vários anos sofrendo grandes transformações, possibilitando a essas pessoas um lugar de destaque na sociedade. Esta situação pode ser notada com a participação do Brasil em várias convenções que tratam dessa temática, exemplo a da Guatemala, porém será necessário a compreensão das políticas voltadas para essas pessoas, pois a inclusão deverá acontecer naturalmente sem que leis e decretos possam interferir na sua aplicabilidade, apesar de que neste início tenha que ser observada a legislação, para essa compreensão.

A educação física poderá contribuir com esse processo, através do desenvolvimento do esporte e do lazer para essas pessoas. O movimento paralímpico em sua base de formação de atletas tem contribuído com a inserção das pessoas com deficiências, mesmos aqueles que não vão ser atletas paralímpicos, têm a possibilidade de participar, sentir sensações como o cansaço e o relaxamento, que muitas vezes não são sentidos por essas pessoas.

CAPITULO II

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO

2.1 – EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Segundo Rodrigues (2003), a Educação Inclusiva é uma orientação dominante na maioria dos países que subscrevem a Declaração de Salamanca de 1994.

No Brasil, essa tendência foi fortalecida com a promulgação da lei 9394/96 – lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB). Em seu artigo 4º., a LDB determina que deve haver “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, e no seu artigo 58º. , estabelece também, que educação especial é “a modalidade de ensino de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.²

A Educação Física dentro do processo de inclusão assume um papel fundamental, pois pela sua característica de desenvolvimento, explora a participação de todos os alunos. O trabalho da educação física inclusiva na escola também deverá ser caracterizado pela boa estrutura física no espaço onde serão desenvolvidas as atividades, com ambientes livres de impedimentos arquitetônicos, possibilitando condições para a prática das atividades propostas pelo professor.

Segundo Hort e Fischer (s/d) atualmente fala-se muito em inclusão e em Educação Inclusiva. No que tange à discussão sobre a Educação Física Inclusiva, alguns profissionais dessa área relatam suas experiências imbuídos de medo e de vivências traumáticas.

A falta de conhecimento sobre a inclusão escolar poderá levar o profissional de educação física a desenvolver aquela educação física que por muitos anos foi apresentada para a sociedade como repressora e reprodutora de concepções políticas dominantes. A educação física inclusiva possibilita tensionar a perspectiva, muito divulgada na área, de que só os que tem mais habilidades são os que podem executar com propriedade as atividades próprias da desse componente curricular. Hoje existem várias atividades e jogos que todos os alunos podem realizar sem haver a separação entre os mais e menos hábeis.

²Portadores de Necessidades Especiais – Este termo era usado no ano em que a lei 9394/96, foi promulgada. Hoje o termo apropriado é aluno com deficiência.

A educação física inclusiva, quando desenvolvida observando os pressupostos da educação para todos, irá contribuir na formação do aluno deficiente físico, que ao longo dos tempos foi deixado à margem das atividades físicas, porque sua limitação física impedia sua participação nas atividades. Esta nova forma de considerar as potencialidades físicas dos alunos, valorizando a sua participação, poderá contribuir no resgate da cidadania dessas pessoas.

A proposta de educação física inclusiva é uma realidade, pois possibilita o aluno a participação nas aulas. Assim, as aulas de educação física poderão ser um meio que permitir a inclusão dos alunos que não tiveram oportunidade de interagirem com os demais.

As propostas que tratam da inclusão de pessoas com deficiência não são possíveis de serem concretizadas no interior da escola capitalista por que sua essência excludente se manifesta na falta de estrutura apropriada, de materiais pedagógicos adaptados, de metodologias específicas e na falta de professores especializados. (.CRUZ e NETO, 2009 p.1)

Atualmente é cada vez mais importante que o professor de educação física possua conhecimentos básicos relativos ao aluno com deficiência física, como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão comprometidas.

O conhecimento na área da educação física inclusiva deverá ser reconhecido não como uma imposição da escola por força de lei, mas por sua importância no desenvolvimento da educação física no sistema escolar, possibilitando a inclusão não só de deficientes, mas de alunos que, por algum motivo, necessitam de técnicas especiais de atendimento. Os objetivos e as propostas educacionais da educação física, com o avanço da educação inclusiva estão adaptando-se a esse processo, pois não existe uma única forma de se elaborar essas propostas. Assim, podemos identificar que a partir da divulgação e desenvolvimento social da educação inclusiva o professor de educação física poderá desenvolver suas aulas em um espaço onde a aprendizagem do aluno deverá ser o seu objetivo e não as diferenças que os mesmos possam apresentar.

Nesse contexto podemos observar que:

Considerando esses pressupostos, uma metodologia participativa em que as necessidades e os interesses do aluno sejam considerados e atendidos nos permite compreender o sujeito autônomo, capaz de analisar a cultura corporal de movimentos, refletir sobre ela e dela se apropriar. (.PEREIRA e SOUZA, 2011 p 24)

Da mesma forma, podemos analisar a citação de Singulani e Cupollilo(2011), ao afirmarem que:

A crise da modernidade que abre caminho para outras maneiras de perceber o mundo traz consigo o germe das novas concepções de ser humano que necessitam adentrar nos espaços escolares desde a política educacional até o cotidiano das aulas de educação física.

Para que a escola possa cumprir seu papel de um espaço inclusivo o professor deverá se preparar para este desafio, com conhecimentos específicos da inclusão social e escolar. Além dos professores todos os servidores da escola dentro de suas atividades e funções deverão apropriar-se desse conhecimento. A escola como uma instituição formadora de conhecimentos, não pode reproduzir o pensamento que exclui. Neste sentido, qualquer mudança na estrutura pedagógica, passa pelo professor, podendo este ser um transformador educacional. Nesta perspectiva o professor deverá rever suas funções, enquanto ator que contribui com a formação do aluno, pois na proposta inclusiva não há espaço para modelos de ensino que excluem.

A mudança já deveria ter ocorrido. Necessitamos, portanto, continuar a lutar, repensando e tentando encontrar uma forma de desenvolvermos uma educação física que observe a todos. Oferecer uma possibilidade de participação de todos os alunos nas atividades de educação física é oferecer a eles uma nova perspectiva de conhecimento. Desta forma, a educação física poderá contribuir também com o desenvolvimento social das pessoas com deficiência física, reconhecendo suas possibilidades e interagindo com as diferenças físicas apresentadas no cotidiano das aulas.

Este trabalho investigou em que medida os professores de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR estão preparados para atender alunos com deficiência física, no que se refere a sua capacitação, as práticas pedagógicas, e a acessibilidade física nos três campi do IFRR.

Para atender aos objetivos da investigação utilizamos metodologias que nos possibilitaram a realização de uma pesquisa exploratória qualitativa com os professores de educação física, com os alunos deficientes físicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima no *Campus* Boa Vista, pois no momento é a única unidade do IFRR, que têm alunos com deficiências físicas regularmente matriculados. Para a verificação da acessibilidade física foram observados os três campi do Instituto: Boa Vista, Amajari e Novo Paraíso, através de registro fotográfico e análise *in loco*. O público alvo investigado foi

composto por professores de educação física do *Campus Boa Vista* e alunos deficientes físicos regularmente matriculados nos cursos técnicos, nos segmentos integrado, subsequente ou proeja.

Para TRIVIÑOS (2010) existem duas formas para se definir o que entendemos a pesquisa qualitativa, uma delas diz respeito à abrangência do conceito, à especificidade de uma ação, os limites deste campo de investigação. A segunda dificuldade é a busca de uma concepção precisa da ideia de pesquisa.

Para MINAYO (2011) a pesquisa qualitativa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa,

Em primeiro lugar a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa. Pelo contrário. A coleta e análise de dados não são estanques. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados. (Traviños , 2010 p. 131)

Assim podemos entender que a pesquisa qualitativa também segue a mesma rota de outras formas de pesquisas ao realizar uma investigação. Existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações.

Os instrumentos utilizados foram três formulários para coleta de dados: entrevista 1 com os alunos deficientes físicos do *Campus Boa Vista*, entrevista 2 com os professores de educação física do *Campus Boa Vista* que atendem os alunos deficientes físicos e a análise de fotos dos ambientes físicos dos três campi, utilizando como parâmetro de análise a ABNT NBR 9050:2004

A entrevista 1 foi realizada com o objetivo de verificar se os alunos deficientes físicos do *Campus Boa Vista* participam das aulas, comparando também com dados colhidos na entrevista 2, com o professor de educação física para verificar quais as condições (conhecimento específico da área da educação física inclusiva) de atendimento aos alunos.

A entrevista 2 foi realizada para atender os objetivos da pesquisa de verificar se o professor de educação física tem condições de atender os alunos com deficiência física.

O instrumento utilizado na entrevista 1 foi composto por cinco perguntas direcionadas aos alunos deficientes físicos, para a verificação de suas percepções acerca das condições pedagógicas do professor de educação física para atender alunos com a deficiência física.

As entrevistas foram analisadas e comparadas, para se chegar a conclusão da pesquisa, observando as respostas dos professores e dos alunos a respeito da participação dos alunos nas aulas de educação física, e dos conhecimentos dos professores quanto ao atendimento dos alunos deficientes físicos.

A acessibilidade física foi realizada com registro fotográfico de alguns ambientes dos três *Campi*: Amajari, Boa Vista e Novo Paraíso. Foram analisadas observando a ABNT NBR 9050:2004.

Assim, foram aplicados neste trabalho três instrumentos de coletas de dados: uma entrevista com os alunos deficientes físicos do Campus Boa Vista, uma entrevista com os professores de educação física do campus Boa Vista e uma análise a partir da observação local com registro fotográfico.

Os *Campi* do Instituto possuem características diferentes, a saber: dois no interior do Estado de Roraima, com finalidade agrícola, mas com localização geográfica diferente, o Campus Novo Paraíso na região sul do Estado em região de Floresta Amazônica, o Campus Amajari na região norte do Estado em região de lavrado³ e o *Campus* Boa Vista localizado na capital, com finalidade industrial, de serviços e área da saúde.

O Campus Boa Vista tem, matriculado em seu quadro de alunos, pessoas com deficiência física, e os de Amajari e Novo Paraíso não possuem ainda essa clientela.

³ Lavrado: Ornamentado de labores, em relevo. Arado, amanhado. Terra amanhada

CAPITULO III

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo vamos discutir os dados levantados pelos instrumentos aplicados: primeiro a parte estrutural das edificações dos três *campi*, observando a ABNT NBR 9050,; segundo a parte que diz respeito à análise das entrevistas feitas com os professores de educação física e os alunos com deficiência física do *Campus Boa Vista*. A partir das análises podemos observar que os professores não estão preparados para atender os alunos com deficiência física, mas existe uma preocupação com as atividades propostas em seus planejamentos, possibilitando a participação desses alunos nas aulas. Por outro lado, os alunos demonstram em seus relatos que sabem da importância da prática da atividade física, mas percebem também que em algumas atividades eles ficam fora do processo.

Neste contexto, foram analisados os dados coletados a partir da proposta metodológica elencada neste estudo, as quais serão apresentadas neste capítulo.

3.1 – ANÁLISE ESTRUTURAL DOS AMBIENTES DOS TRÊS *CAMPI*.

3.2 – ANÁLISE DOS AMBIENTES DO CAMPUS NOVO PARAÍSO

Foto: Nadson Castro dos Reis



Figura 9: Foto da entrada Principal no Campus Novo Paraíso

● Análise da Figura 9

A entrada principal do *Campus* Novo Paraíso apresenta um espaço amplo e um corredor amplo, com uma área de circulação com larguras que atendem à norma, porém existe um anteparo que impossibilita a entrada de alunos em cadeiras de rodas, já que estas medem 10cm. Essa medida fora dos padrões postos pela norma demonstra que existe barreira arquitetônica na entrada principal do *Campus*.

Esta situação pode ser resolvida de acordo com a ABNT NBR 9050:2004 p. 57, que trata dos rebaixamentos em degraus. De acordo com a norma deve ser garantido uma faixa livre no passeio, além do espaço ocupado pelo rebaixamento de no mínimo 0,80m, sendo recomendável 1,20m.

Foto: Nadson Castro dos Reis



Figura 10: Foto do balcão de atendimento da biblioteca no Campus Novo Paraíso

● Análise da Figura 10

Neste mobiliário não existe alcance manual frontal para pessoas em cadeiras de rodas, impossibilitando o acesso ao atendimento a esta pessoa. Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 10, que trata do alcance manual – pessoa sentada, a altura do balcão deve ser de 0,75m a 0,85m.

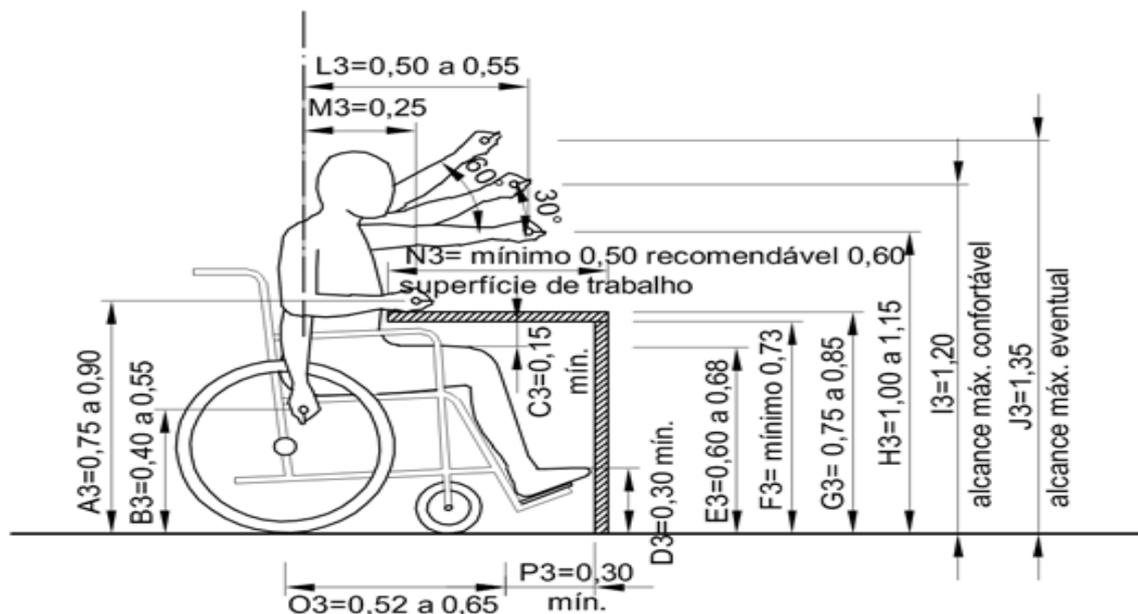


Figura 11: ABNT NBR 9050:2004 p. 10

A3 = Altura do centro da mão com antebraço formando 90° com o tronco

I 3 = Altura do centro da mão com o braço estendido, formando 30° com o piso = alcance máximo confortável

B3 = Altura do centro da mão estendida ao longo do eixo longitudinal do corpo

J3 = Altura do centro da mão com o braço estendido formando 60° com o piso = alcance máximo eventual

C3 = Altura mínima livre entre a coxa e a parte inferior de objetos e equipamentos

L3 = Comprimento do braço na horizontal, do ombro ao centro da mão

D3 = Altura mínima livre para encaixe dos pés M3 = Comprimento do antebraço (do centro do cotovelo ao centro da mão)

E3 = Altura do piso até a parte superior da coxa N3 = Profundidade da superfície de trabalho necessária para aproximação total

F3 = Altura mínima livre para encaixe da cadeira de rodas sob o objeto

O3 = Profundidade da nádega à parte superior do joelho

G3 = Altura das superfícies de trabalho ou mesas P3 = Profundidade mínima necessária para encaixe dos pés

H3 = Altura do centro da mão com braço estendido paralelo ao piso



Figura 12: Foto do banheiro para alunos no Campus Novo Paraíso

● Análise da Figura 12

Os lavatórios do banheiro não apresentam área de aproximação frontal, não permitindo o acesso de alunos em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida, pois não existe também barras. Os lavatórios devem estar em uma altura de 0,78m a 0,80m conforme Figura 13 da norma.

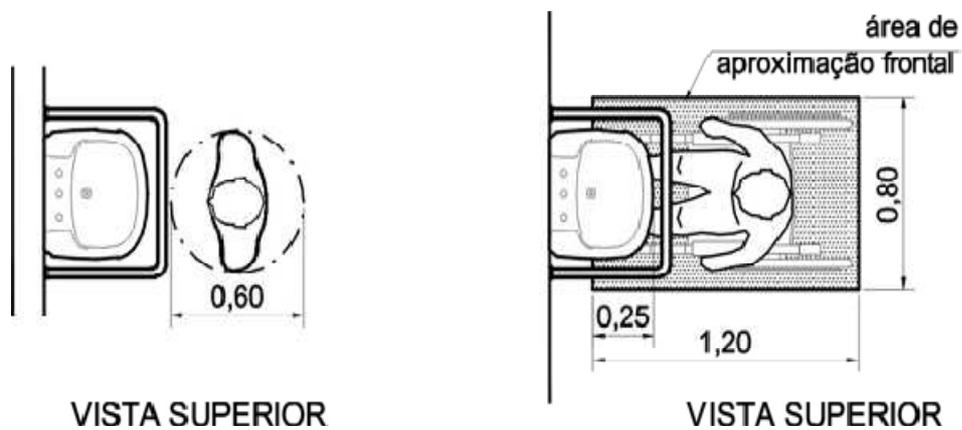


Figura 13: ABNT NBR 9050:2004 p. 74

Segundo a ABNT NBR 9050:2004, deve ser prevista área de aproximação frontal para P.M.R⁴, e para P.C.R⁵, conforme figura 13, devendo estender-se até o mínimo de 0,25 m sob o lavatório.

Ainda conforme a ABNT NBR 9050:2004 os lavatórios devem ser suspensos, sendo que suas bordas superiores devem estar a uma altura de 0,78 m a 0,80 m do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 0,73 m na parte inferior frontal. O sifão e a tubulação devem estar situados a no mínimo 0,25 m da face externa frontal e ter dispositivo de proteção do tipo coluna suspensa ou similar. Não é permitida a utilização de colunas até o piso ou gabinetes. Sob o lavatório não deve haver elementos com superfícies cortantes ou abrasivas.

Figura 8 –

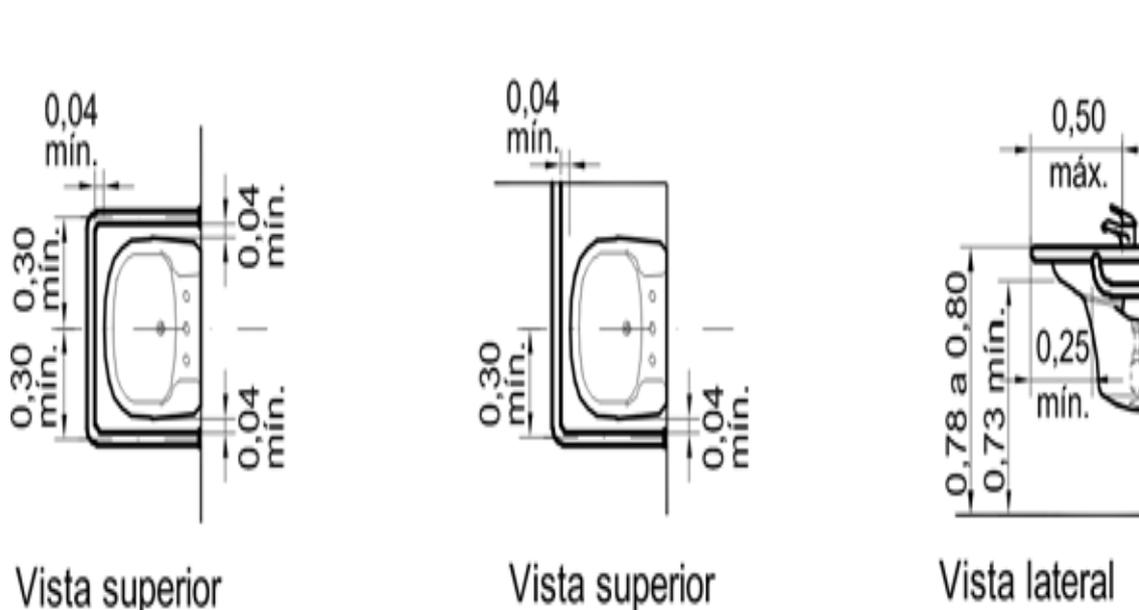


Figura 14: ABNT NBR 9050:2004 p. 75

Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 74, devem ser instaladas barras de apoio junto ao lavatório, na altura do mesmo, conforme figura 14.

⁴ P.M.R – Pessoa com mobilidade reduzida

⁵ P.C.R – Pessoa em cadeira de rodas

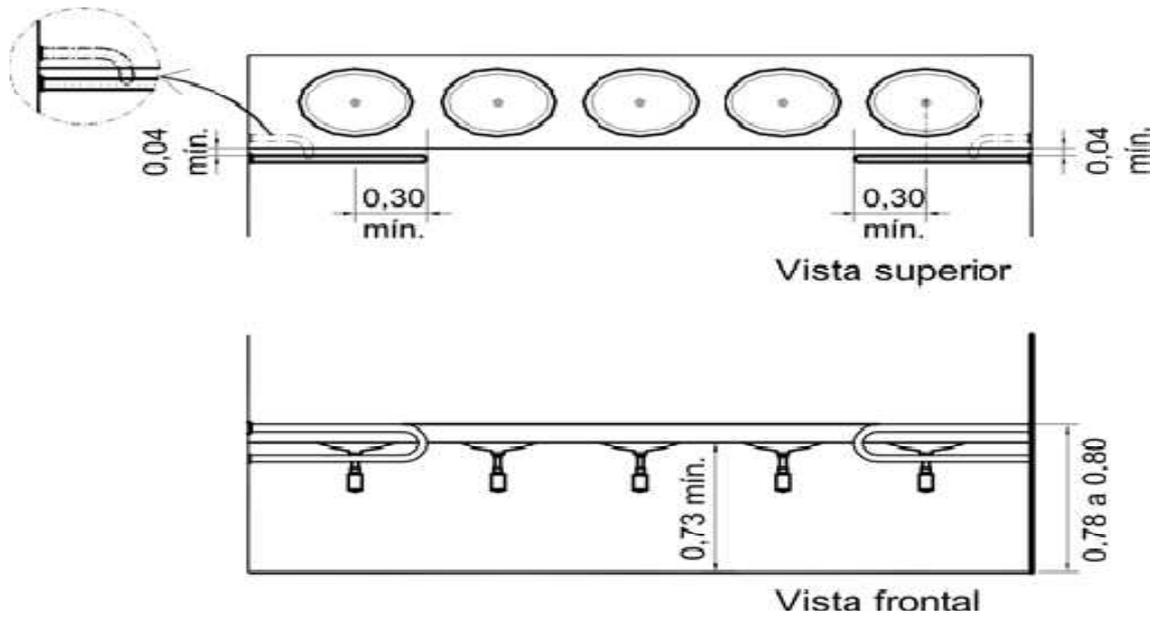


Figura 15: ABNT NBR 9050:2004 p. 75

Ainda segundo a ABNT NBR 9050:2004 p.75, no caso de lavatórios embutidos em bancadas, devem ser instaladas barras de apoio fixadas nas paredes laterais aos lavatórios das extremidades, conforme figura 15.

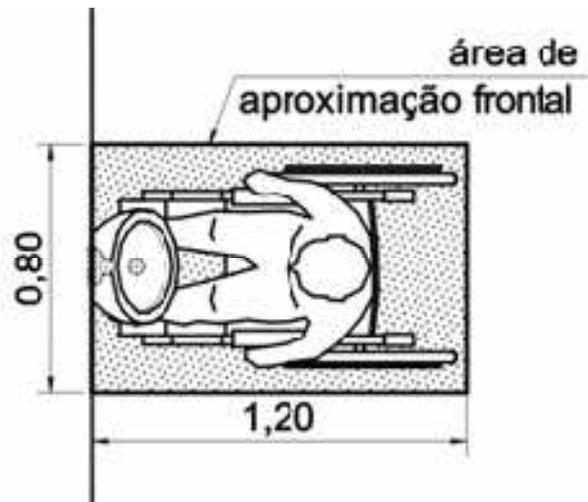


Figura 16: ABNT NBR 9050:2004 p. 75



Figura 17: Foto do banheiro para alunos no Campus Novo Paraíso

● Análise da Figura 17

Nesta foto as barras de apoio não apresentam altura normatizada na ABNT NBR 9050:2004 p.67, que trata da localização das barras de apoio. A Norma estabelece uma altura de 0,75m a 0,80m do piso acabado, conforme figura 18.

Segundo ABNT NBR 9050:2004 p.67 junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, com comprimento mínimo de 0,80 m, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação). A distância entre o eixo da bacia e a face da barra lateral ao vaso deve ser de 0,40 m, estando esta posicionada a uma distância mínima de 0,50 m da borda frontal da bacia. A barra da parede do fundo deve estar a uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estender-se no mínimo 0,30 m além do eixo da bacia, em direção à parede lateral, conforme figura 13.

Ainda segundo a ABNT NBR 9050:2004 p.67, no caso de bacias com caixa acoplada, deve-se garantir a instalação da barra na parede do fundo, de forma a se evitar que a caixa seja utilizada como apoio. A distância mínima entre a face inferior da barra e a tampa da caixa acoplada deve ser de 0,15 m, conforme figura – 50.

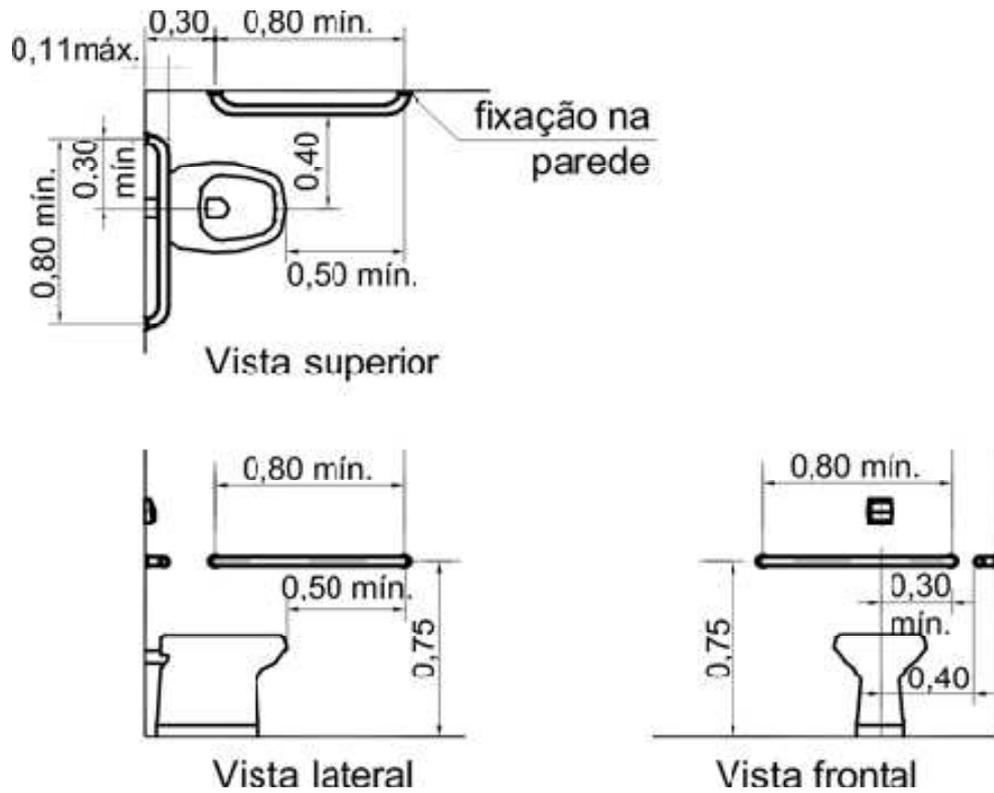


Figura 18: ABNT NBR 9050:2004 p. 67

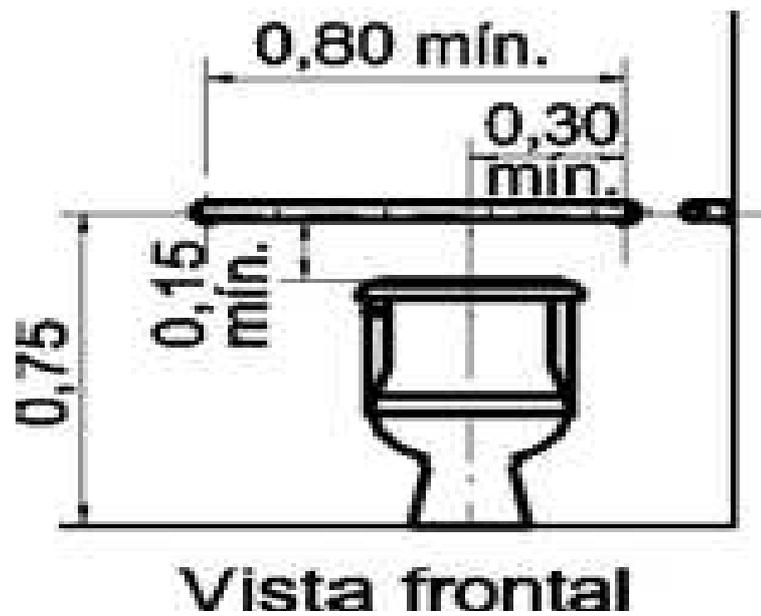


Figura 19: ABNT NBR 9050:2004 p. 68



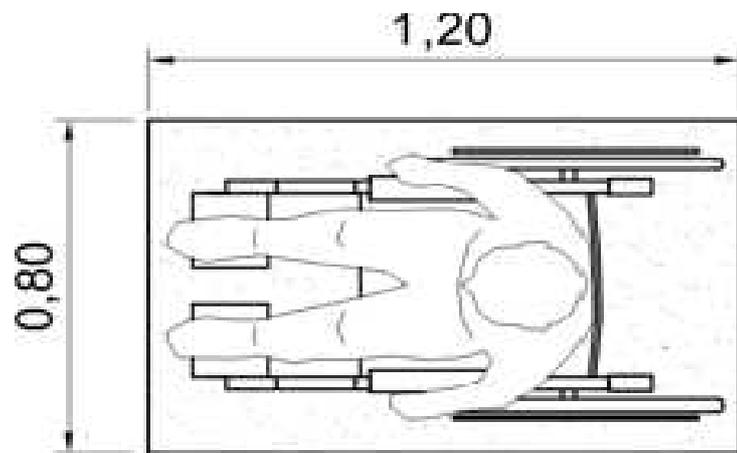
Figura 20: Foto do corredor externo no Campus Novo Paraíso

● Análise da Figura 20

Neste ambiente podemos observar que o corredor apresenta excelente acessibilidade, já que a largura para deslocamento em linha reta segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 7, destaca a medida de 1,50m a 1,80m, para a passagem de duas pessoas em cadeiras de rodas.

Nesta situação, observa-se uma preocupação no sentido de dar aos alunos um melhor fluxo, evitando a ocorrência de aglomerações em casos em que mais de um cadeirante estivesse circulando ao mesmo tempo. Portanto essa área de circulação pode ser considerada acessível, pois está de acordo com a normatização.

Vale ressaltar que a preocupação da gestão sobre acessibilidade deve acontecer antes que o aluno com deficiência entre na escola,.No *Campus* Novo Paraíso esse aluno não está presente, mas em pouco tempo, com certeza, vai fazer parte do corpo discente, possibilitando mais adequações físicas e sensibilização da comunidade interna sobre o assunto.



Módulo de referência (M.R.)

Figura 21: ABNT NBR 9050:2004 p. 6

Foto: Nadson Castro dos Reis



Figura 22: Foto do espaço cultural no Campus Novo Paraíso

●Análise da Figura 22

Neste ambiente nota-se que existem duas rampas que não estão de acordo com a ABNT NBR 9050:2004, pois apresentam um aclive que, no caso de cadeirantes, este não irá conseguir subir para o outro espaço. Além disso, a largura da rampa é de 1,10m, não estando

de acordo com a ABNT NBR 9050:2004, conforme figura – 37, impossibilitando o acesso a mesma.

Pode-se observar também que o piso não está apropriado para o deslocamento de uma cadeira de rodas, ou um aluno ou pessoa com uma mobilidade reduzida, pois não existe aderência.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 41, a inclinação das rampas, conforme figura 79, deve ser calculada segundo a seguinte equação:

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

onde:

i é a inclinação, em porcentagem;

h é a altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

Ainda segundo ABNT NBR 9050:2004 p. 43 a largura das rampas (*L*) deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m, conforme figura – 9.

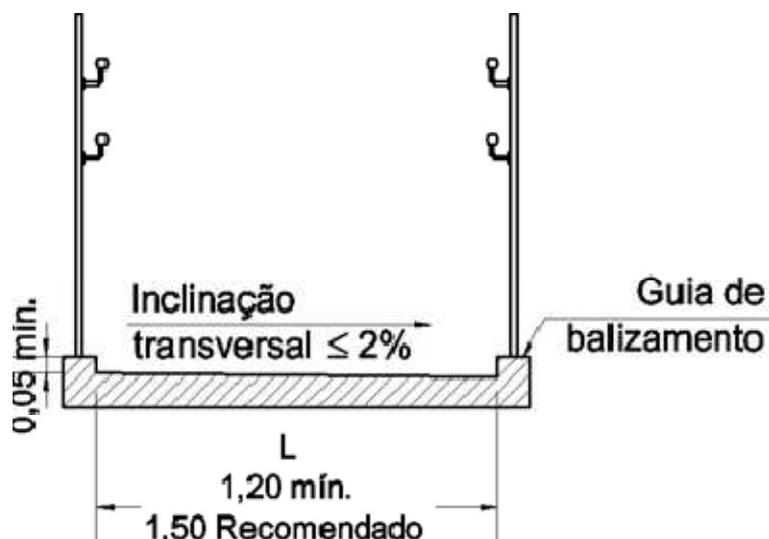


Figura 23: ABNT NBR 9050:2004 p. 43

3.3 ANÁLISE DOS AMBIENTES DO CAMPUS AMAJARI

Foto: Nadson Castro dos Reis



Figura 24: Foto da rampa no Campus Amajari

● Análise da Figura 24

Esta rampa não apresenta as adequações da ABNT 9050, pois não existe uma inclinação de acesso a alunos ou pessoas em cadeiras de rodas, conforme figura – 10. A rampa não apresenta também as áreas de descanso conforme prevê a norma. Portanto, esta rampa não permite o acesso que propõe.

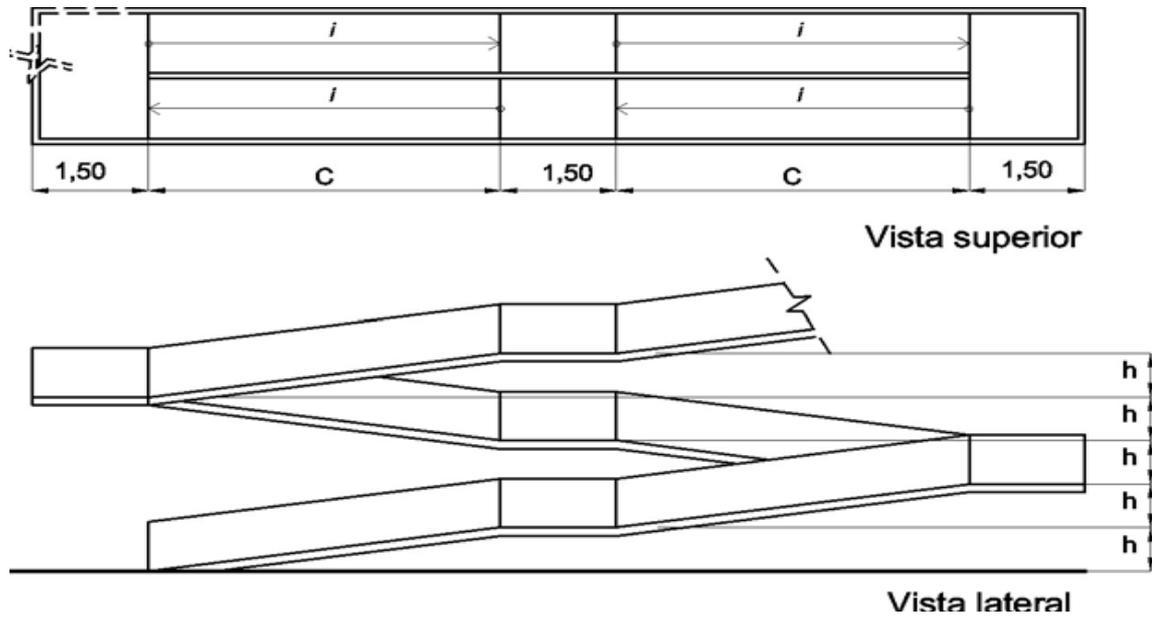


Figura 25: ABNT NBR 9050:2004 p. 42

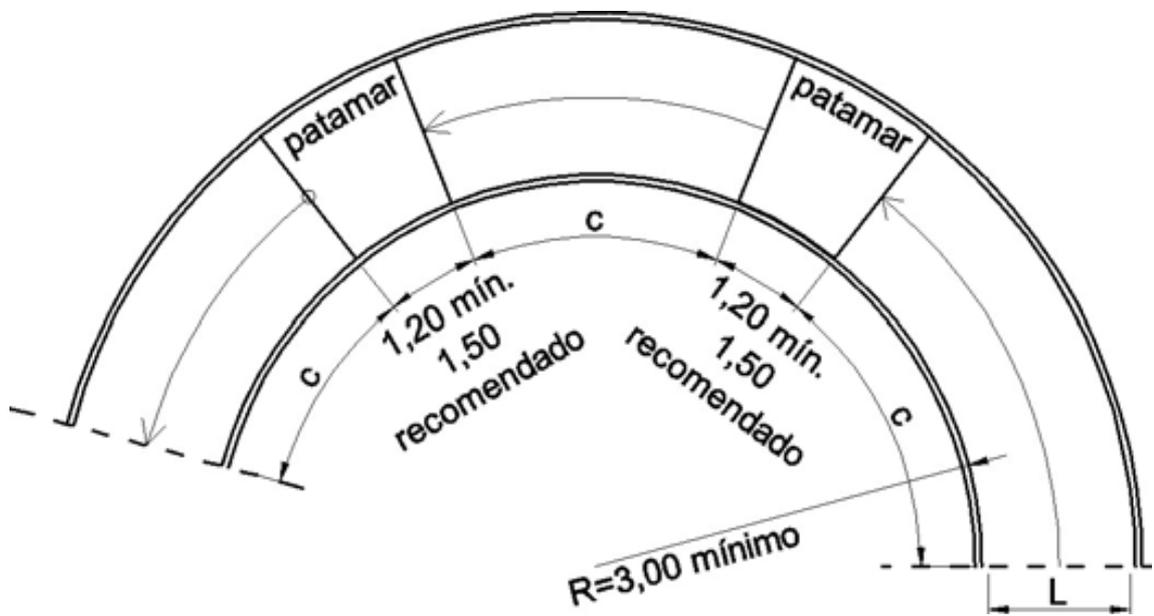


Figura 26: ABNT NBR 9050:2004 p. 42



Figura 27: Foto da rampa no Campus Amajari

● Análise da Figura 27

A rampa apresenta um corrimão que não atende as recomendações da ABNT NBR 9050:2004, já que sua altura é de 1,10m, o que não confere com a metragem indicada, que é de 0,92m

Segundo ABNT NBR 9050:2004 p. 47 a altura mínima para o corrimão é de 0,92m, conforme figura – 45. Portanto, o corrimão na figura - 27 não está dentro da norma, necessitando de adequações, caso o *Campus* receba um aluno ou qualquer outra pessoa que esteja em cadeira de rodas.

Segundo ainda a ABNT NBR 9050:2004 p. 47 os corrimãos laterais devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas, conforme exemplos ilustrados na figura – 47.

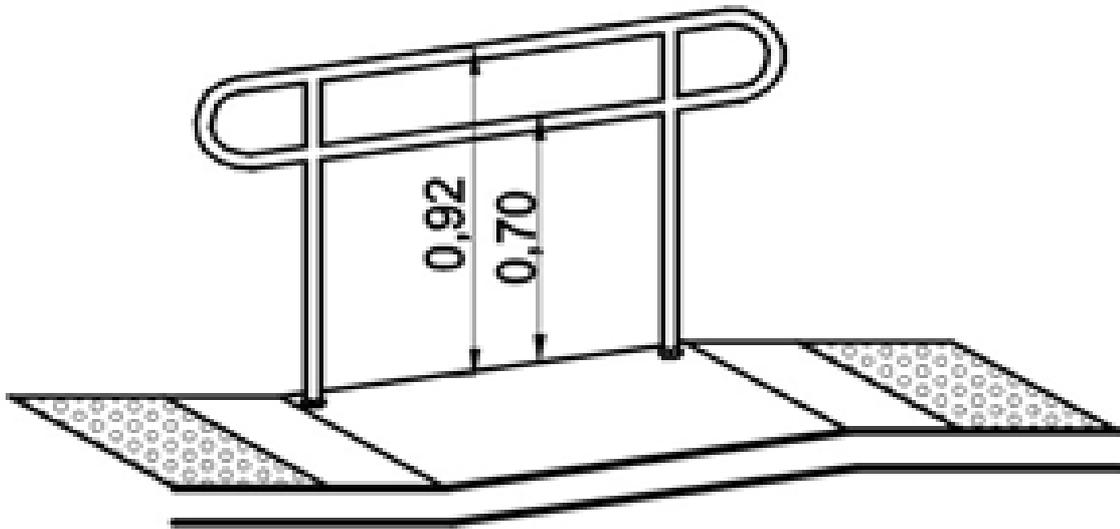


Figura 28: ABNT NBR 9050:2004 p. 47

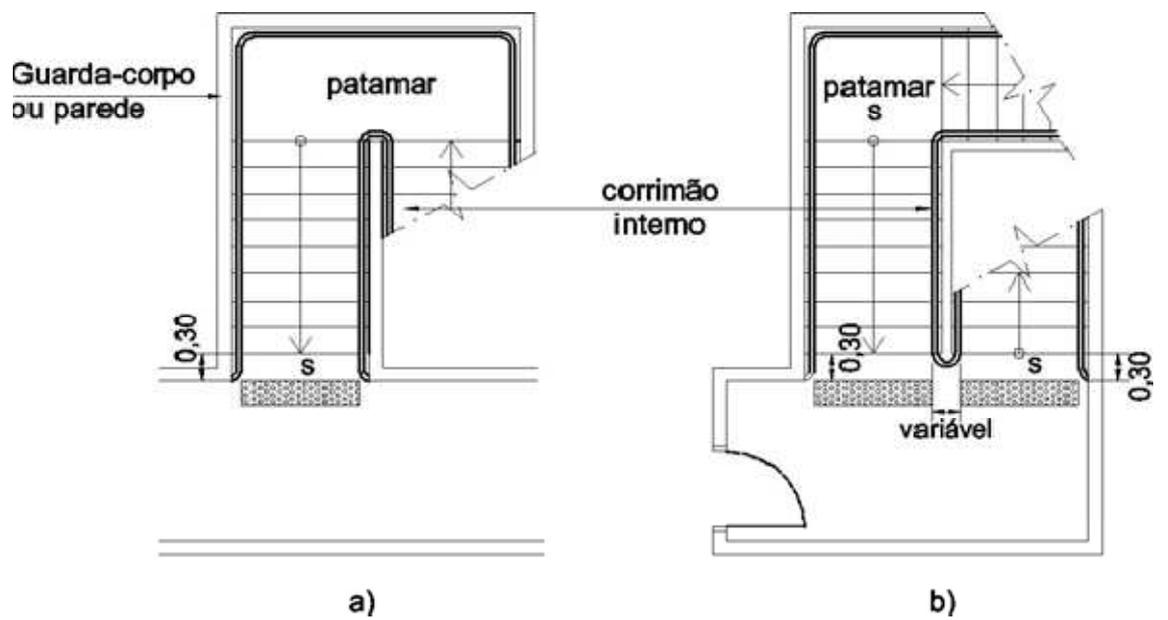


Figura 29: ABNT NBR 9050:2004 p. 47



Figura 30: Foto do corredor no Campus Amajari

● Análise da Figura 30

Uma cadeira de rodas com acionamento manual, segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 6, tem uma largura entre 0,60m a 0,70m, fechada 0,33m, vista de lado 0,95m a 1,15m, conforme figura – 50. Observando essas dimensões as colunas presentes neste corredor vão oferecer dificuldades para uma pessoa que usa cadeira de rodas, caso ela necessite executar uma manobra, pois a presença das colunas não permitirá que ela faça um simples retorno. Portanto, as colunas são consideradas, neste caso, uma barreira arquitetônica.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 6 considera-se módulo de referência a projeção de 0,80m por 1,20m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas, conforme figura – 52

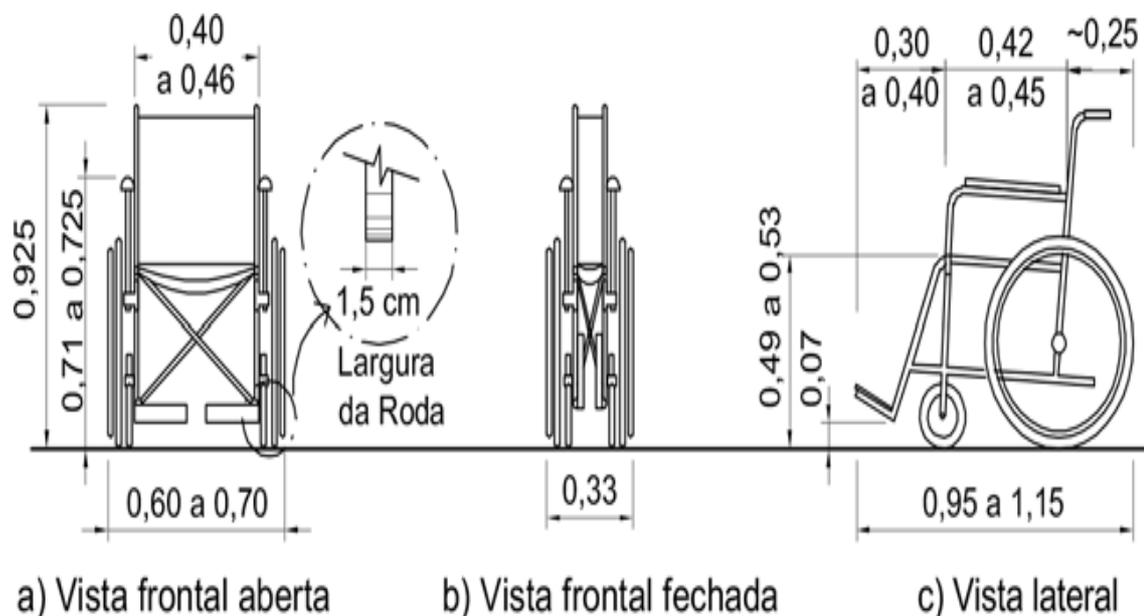
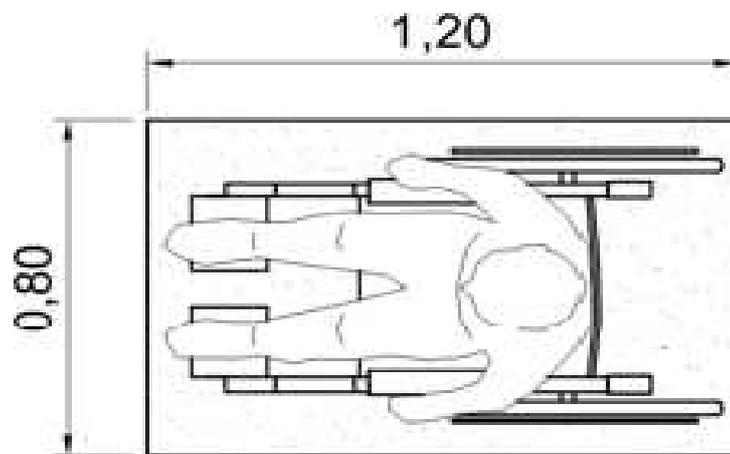


Figura 31: ABNT NBR 9050:2004 p. 6



Módulo de referência (M.R.)

Figura 32: ABNT NBR 9050:2004 p. 6

A ABNT NBR 9050:2004, mostra as dimensões referenciais para o deslocamento em linha reta de pessoas em cadeiras de rodas, conforme figura – 42. Assim, as colunas presentes no corredor do Campus Amajarí figura – 30, tornariam impossível a circulação de pessoas em cadeiras de rodas. Numa eventual necessidade de ultrapassar uma outra pessoa andante ou uma outra pessoa em cadeira de rodas, ou ainda na execução de manobra de cadeiras de rodas

com deslocamento tanto de 90 graus quanto de 180 graus, faz-se necessário, segundo a ABNT NBR 9050:2004, um espaço adequado para o procedimento, conforme também a figura – 54 .

Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento, conforme figura – 34 e 35
As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.

- a) para rotação de 90° = 1,20 m x 1,20 m;
- b) para rotação de 180° = 1,50 m x 1,20 m;
- c) para rotação de 360° = diâmetro de 1,50 m.

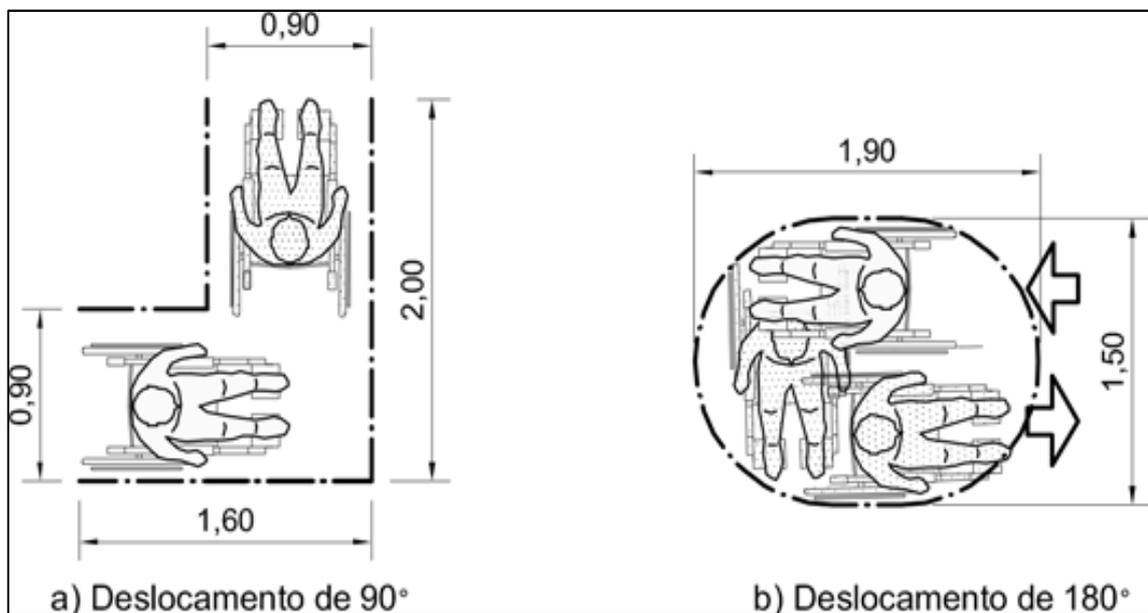


Figura 33: ABNT NBR 9050:2004 p. 8

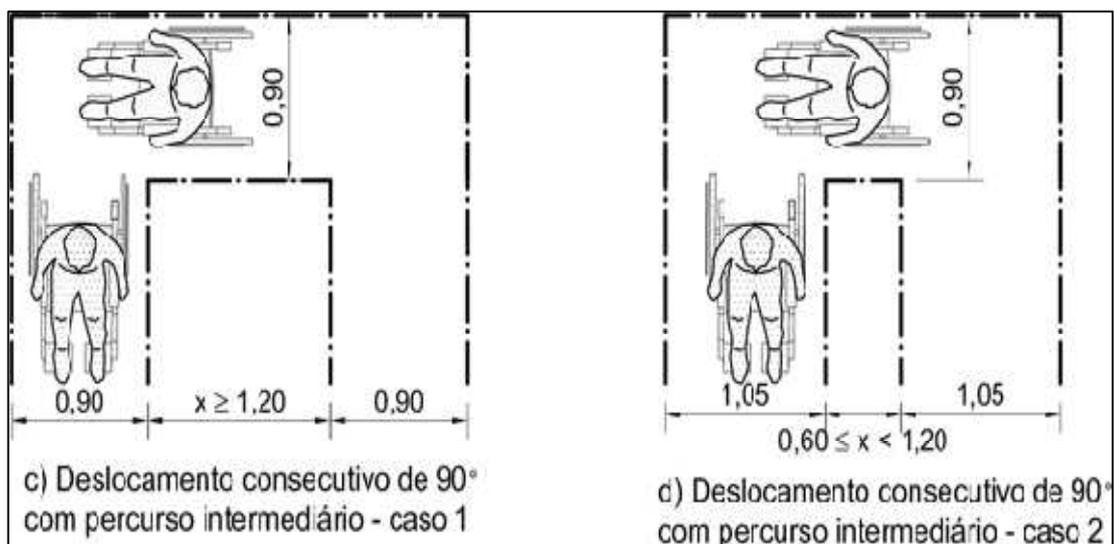


Figura 34: ABNT NBR 9050:2004 p. 8

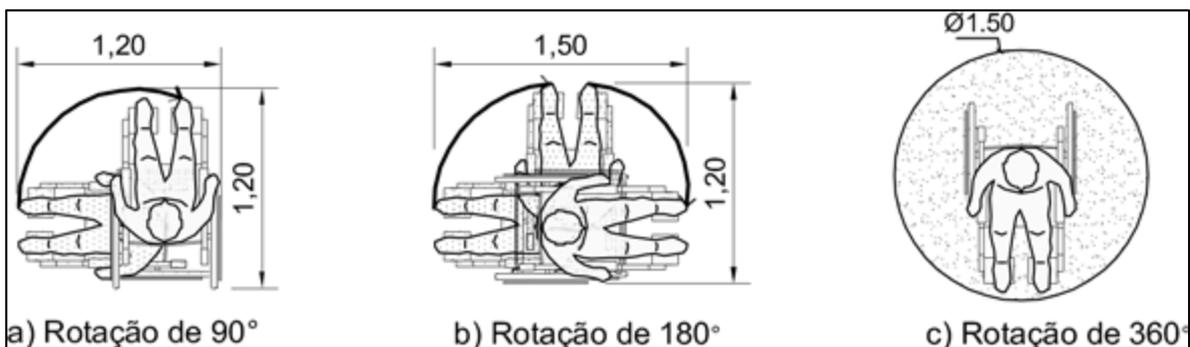


Figura 35: ABNT NBR 9050:2004 p. 8



Foto: Nadson Castro dos Reis

Figura 36: Foto do banheiro no Campus Amajari

● **Análise da Figura 36**

Os banheiros dos *Campi* apresentam os mesmos problemas de acessibilidade do *Campus Novo Paraíso*. Os lavatórios do banheiro não apresentam área de aproximação frontal, não permitindo o acesso de alunos em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida, pois também não existem barras. Os lavatórios devem estar em uma altura de 0,78m a 0,80m conforme Figura 13 da norma.

Dessa forma, podemos constatar a falta de acesso existente nos banheiros dos dois campi.

Para analisar os acessórios segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 76 devemos atender às seguintes condições:

a) Quando o espelho for instalado em posição vertical, a altura da borda inferior deve ser de no máximo 0,90 m e a da borda superior de no mínimo 1,80 m do piso acabado, conforme figura – 38.

b) Quando o espelho for inclinado em 10 graus em relação ao plano vertical, a altura da borda inferior deve ser de no máximo 1,10 m e a da borda superior de no mínimo 1,80 m do piso acabado, conforme figura – 37.

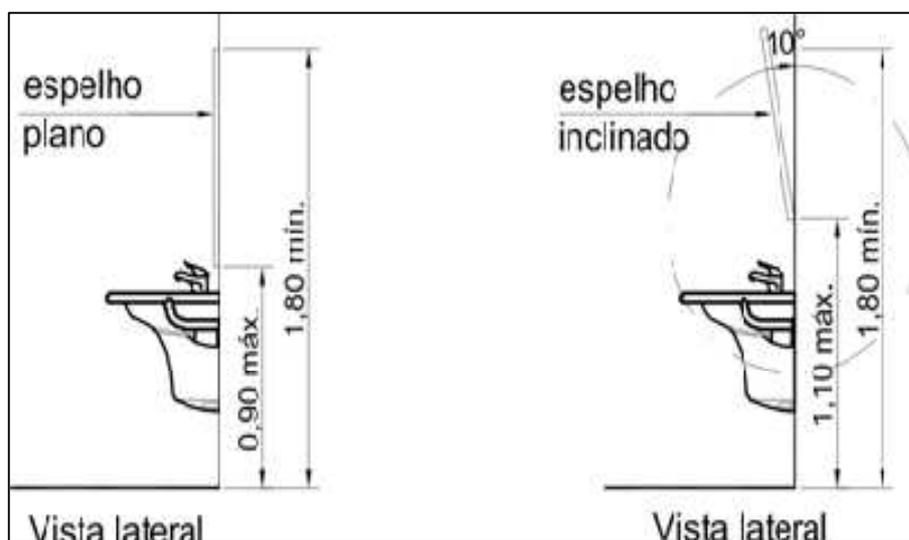


Figura 37: ABNT NBR 9050:2004 p. 77

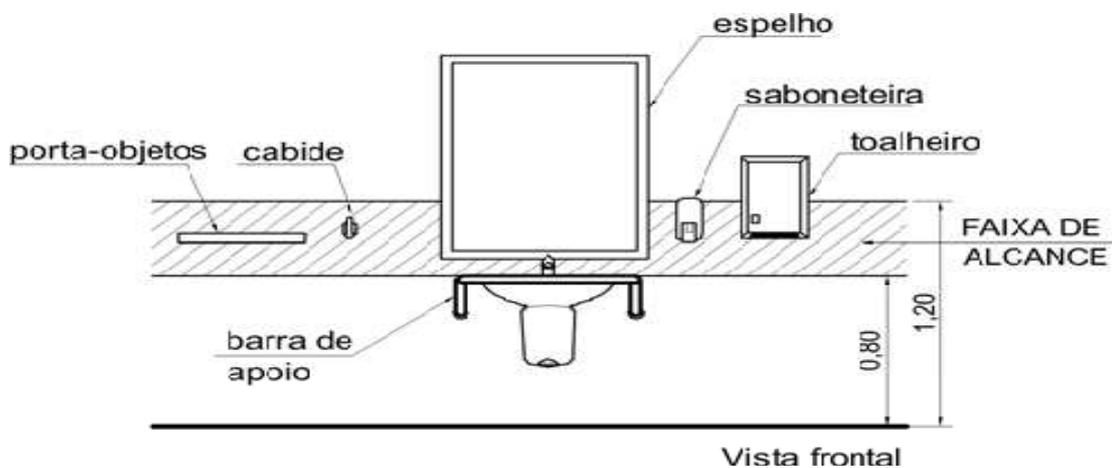


Figura 38: ABNT NBR 9050:2004 p. 76



Figura 39: Foto do vestiários no Campus Amajari

● Análise da Figura 39

Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 78, os bancos dos vestiários devem ser providos de encosto, ter profundidade mínima de 0,45 m e ser instalados a uma altura de 0,46 m do piso acabado. Recomenda-se espaço inferior de 0,30 m livre de qualquer saliência ou obstáculo, para permitir eventual área de manobra, conforme figura 144. Deve ser reservado um espaço de 0,30 m atrás do banco para garantir a transferência lateral, conforme figura – 50. Os bancos devem estar dispostos de forma a garantir as áreas de manobra, transferência e circulação, conforme seção 4 da ABNT NBR 9050:2004. Portanto, os bancos do vestuário do campus Amajari não se enquadram na normatização da Norma, pois não estão atendendo às medidas mínimas.

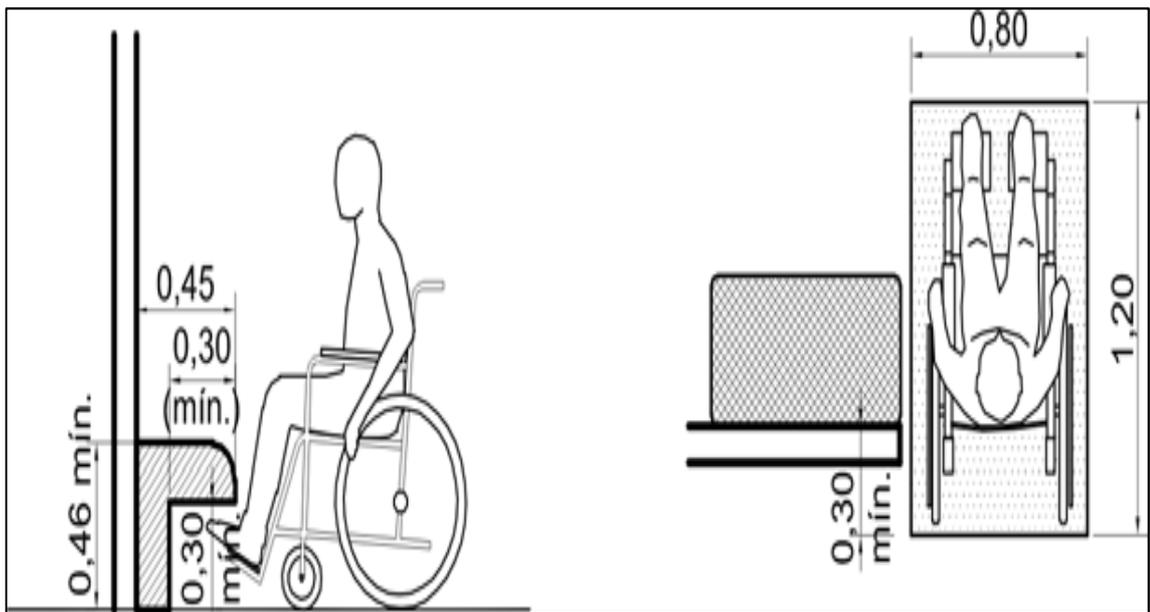


Figura 40: ABNT NBR 9050:2004 p. 78

Foto: Nadson Castro dos Reis



Figura 41: Foto da biblioteca no Campus Amajari

● Análise da Figura 41

A biblioteca do *Campus Amajari*, apresenta um espaço acessível, porém existem algumas situações para serem adequadas aos alunos e pessoas que usam cadeira de rodas ou que por algum motivo estão com a mobilidade reduzida.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p.88, nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis conforme figura – 42. Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, além disso, pelo menos outros 10% deve3m estar adaptáveis para acessibilidade. A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme figura – 43. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°.

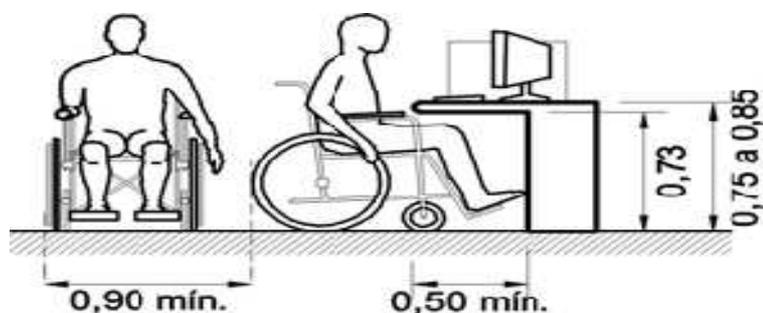


Figura 42: ABNT NBR 9050:2004 p. 88

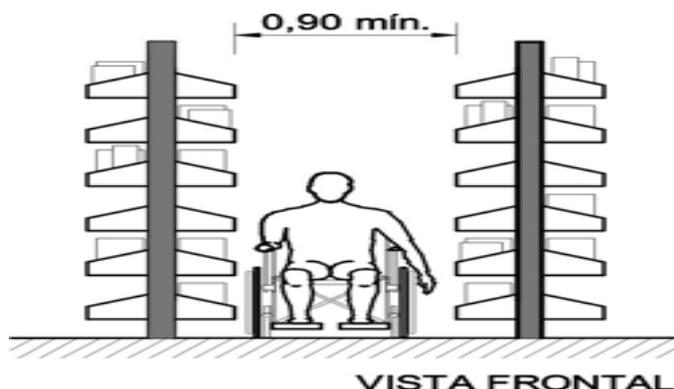


Figura 43: ABNT NBR 9050:2004 p. 88

3.4 – ANÁLISE DOS AMBIENTES DO CAMPUS BOA VISTA

Foto: Nadson Castro dos Reis



Figura 44: Foto da porta do banheiro no Campus Boa Vista

● Análise da Figura 44

Nesta foto a porta do banheiro, que deveria abrir para o lado externo segundo a ABNT NBR 9050:2004, abre para o lado interno, não estando dentro das especificações da norma. Observamos esta situação na figura – 45.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 71, quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, ela deve abrir para o lado externo do boxe.

Ainda segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 53 quando as portas forem instaladas em locais de prática de esportes, elas devem ter vão livre mínimo de 1,00m.

Nesta situação, como podemos observar na foto, a porta abre para o lado interno do boxe, não permitindo o acesso do aluno em cadeira de rodas. Todos os banheiros do *Campus Boa Vista* apresentam esta situação no momento, necessitando de uma adequação urgente.

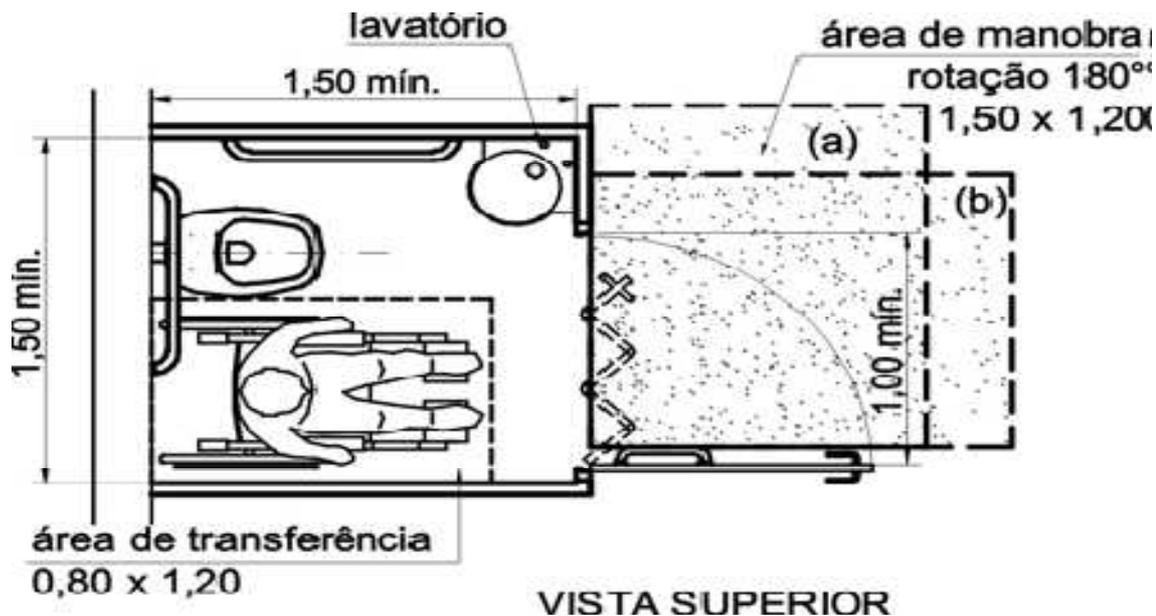


Figura 45: ABNT NBR 9050:2004 p. 70

Foto: Nadson Castro dos Reis



Figura 46: Foto do vaso sanitário do banheiro no Campus Boa Vista

● Análise da Figura 46

Nesta foto podemos observar que no banheiro não existe a instalação do sóculo na base da bacia, portanto não atende as recomendações da ABNT NBR 9050:2004, necessitando de uma adequação para atender pessoas com deficiência física que usam cadeira de rodas.

Podemos observar também que as barras têm comprimento de mais de 1m, não atendendo as normas da ABNT NBR 9050:2004.

As duas situações podem ser observadas nas figuras – 45 e figura – 47.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004 p. 67, junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, com comprimento mínimo de 0,80 m, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação). A distância entre o eixo da bacia e a face da barra lateral ao vaso deve ser de 0,40 m, estando esta posicionada a uma distância mínima de 0,50 m da borda frontal da bacia. A barra da parede do fundo deve estar a uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estender-se no mínimo 0,30 m além do eixo da bacia, em direção à parede lateral, conforme figura – 47.

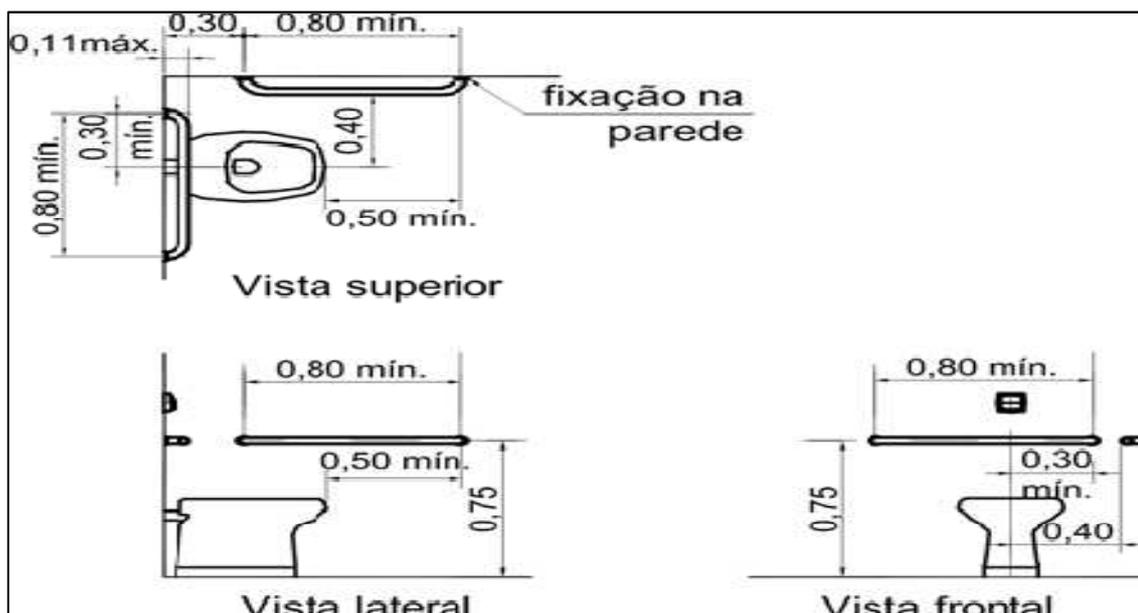


Figura 47: ABNT NBR 9050:2004 p. 67

Ainda segundo a ABNT NBR 9050:2004, existe a necessidade de instalação de sóculo na base da bacia, devendo acompanhar a projeção da base da bacia não ultrapassando em 0,05 m o seu contorno, conforme figura – 48.

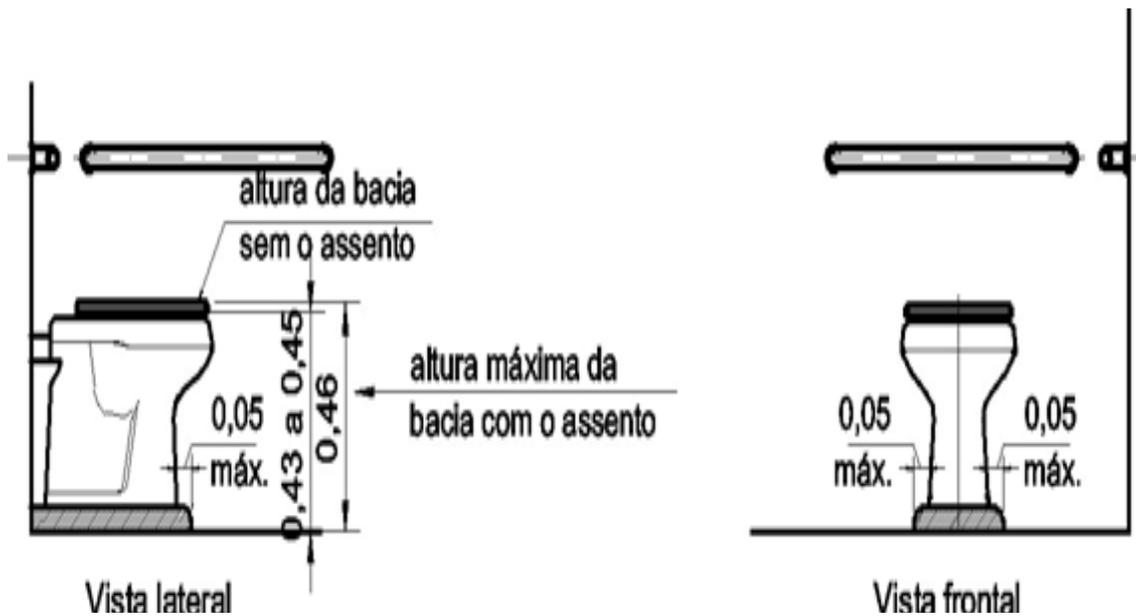


Figura 48: ABNT NBR 9050:2004 p. 69



Figura 49: Foto do balcão setor administrativo no Campus Boa Vista

● **Análise da Figura 49**

Nesta foto podemos observar um balcão sem um rebaixamento, não atendendo a ABNT NBR 9050:2004, necessitando de adequações para o atendimento a pessoas que usam cadeira de rodas.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004, os balcões de vendas ou serviços devem ser acessíveis a pessoa em cadeira de rodas, devendo estar localizados em rotas acessíveis. Uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso. Deve ser garantido um módulo de referência, posicionado para a aproximação frontal ao balcão, conforme figura – 48

Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um módulo de referência, posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30 m, conforme figura – 50.

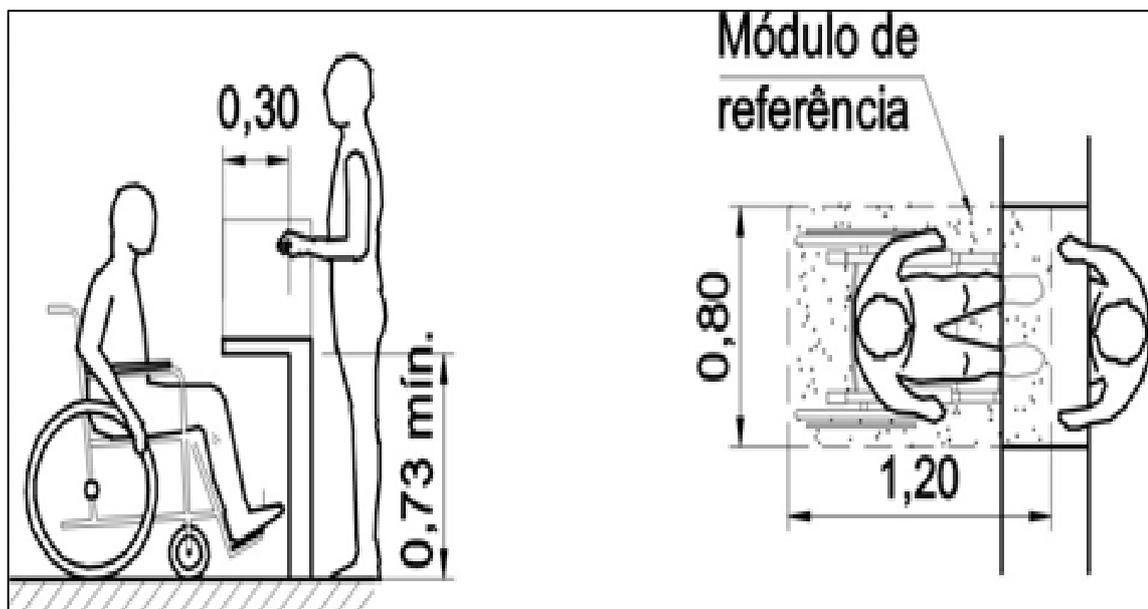


Figura 50: ABNT NBR 9050:2004 p. 93



Figura 51: Foto dos banheiros de alunos no Campus Boa Vista

● Análise da Figura 51

O espaço apresenta dois problemas de acessibilidade física: primeiro as pias não estão com a altura estipulada na norma 9050/2004 e, segundo, o espelho não apresenta a inclinação adequada a pessoa que usa cadeira de rodas. Portanto, o espaço não apresenta as condições mínimas de utilização à pessoas com deficiência física que utilizam cadeira de rodas.

Esta falta de acesso às pessoas que utilizam cadeira de rodas existe nos três *campi*, observadas e analisadas nas fotos anteriores.

O *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari fazem parte das fases 1 e 2 da expansão da rede federal respectivamente, ou seja foram construídos há pouco tempo, o primeiro em 2007 e o segundo em 2011.

Analisando esta situação não se pode admitir que prédios novos tenham estes problemas de acessibilidade física.

A figura apresenta as orientações certas que deveriam ter sido observadas no momento da construção dos prédios dos *Campi* de Novo Paraíso e Amajari.

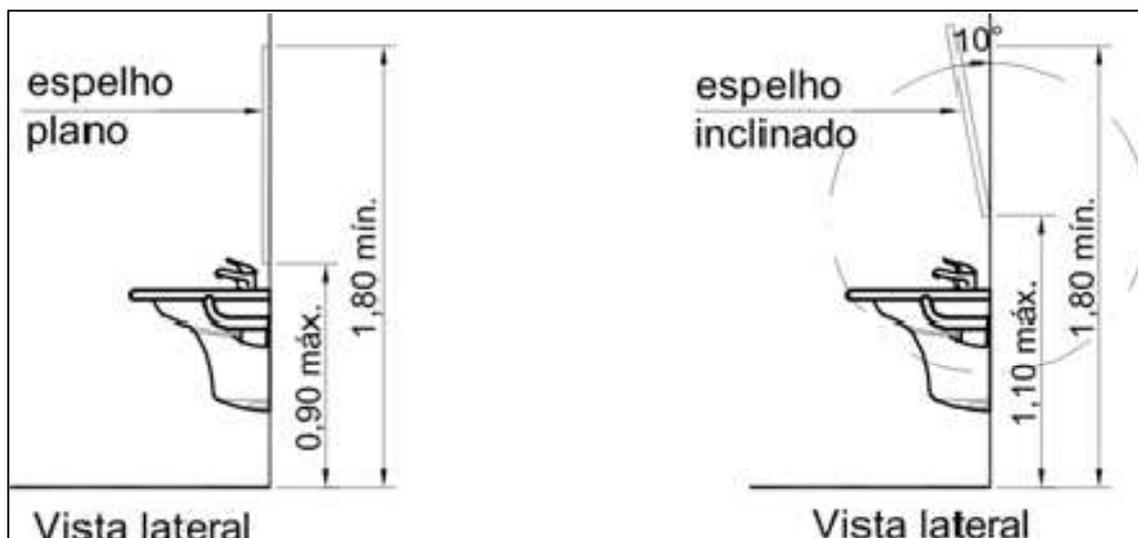


Figura 52: ABNT NBR 9050:2004 p. 77



Figura 53: Foto do auditório no Campus Boa Vista

● Análise da Figura 53

Nesta foto podemos observar também alguns problemas de acessibilidade, o piso que não apresenta aderência apropriada, a falta de acesso a pessoas que usam cadeira de rodas e que apresentam mobilidade reduzida e a falta de um espaço adequado às cadeiras de rodas.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004, o espaço para P.C.R. deve possuir as dimensões mínimas de 0,80 m por 1,20 m, acrescido de faixa de no mínimo 0,30 m de largura, localizada na frente, atrás ou em ambas posições. Os espaços para P.C.R. devem estar deslocados 0,30 m em relação à cadeira ao lado para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção. Quando os espaços para P.C.R. estiverem localizados em fileiras intermediárias, devem ser garantidas faixas de no mínimo 0,30 m de largura atrás e na frente deles, conforme a figura 33 e 34.

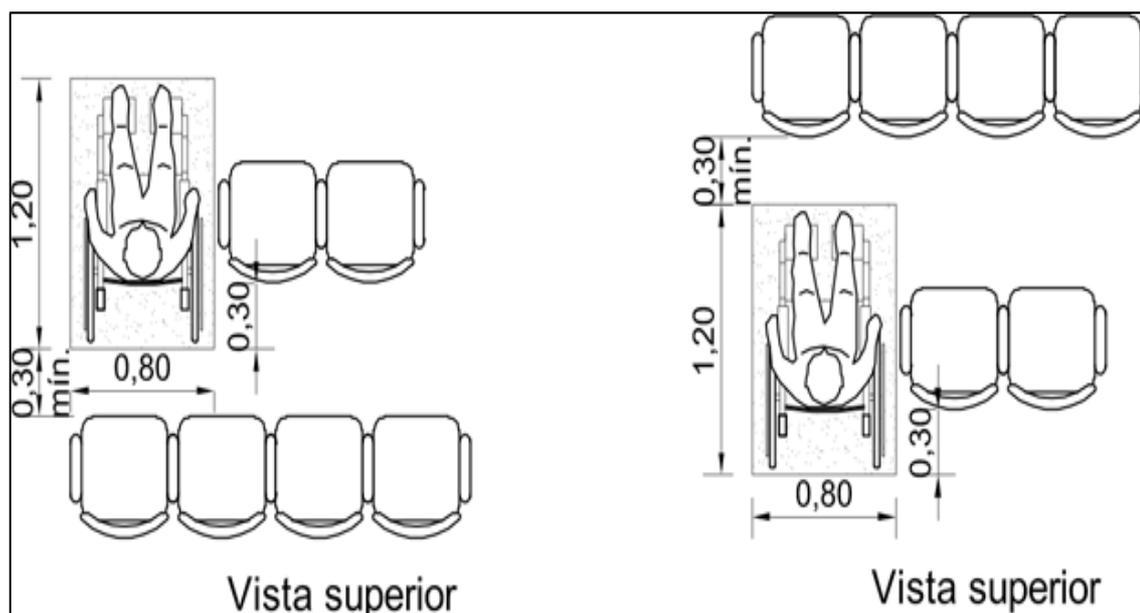


Figura 54: ABNT NBR 9050:2004 -pg. 82

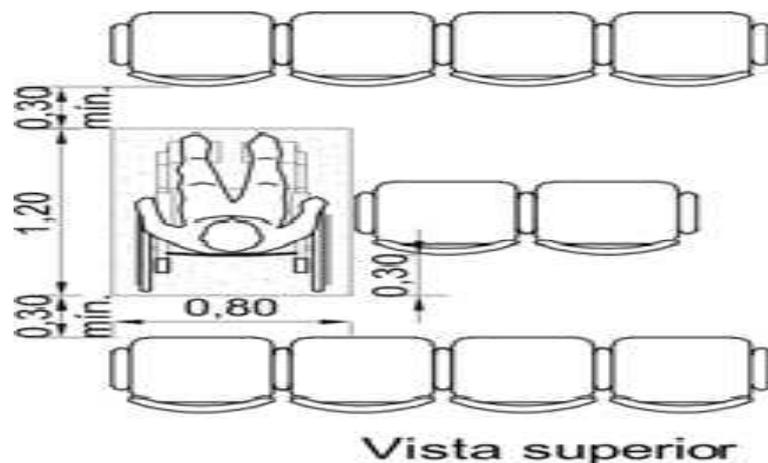


Figura 55: ABNT NBR 9050:2004 p. 82



Foto: Nadson Castro dos Reis

Figura 56: Foto do estacionamento no Campus Boa Vista

● Análise da Figura 56

Nesta foto podemos observar que o estacionamento está totalmente fora da ABNT NBR 9050:2004, pois apresenta duas barreiras arquitetônicas nas laterais com elevações que não permitem que uma pessoa com cadeira de rodas utilize o mesmo.

Segundo a ABNT NBR 9050:2004, as vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem:

- a) ter sinalização horizontal conforme figura – 57;
- b) contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastada da faixa de travessia de pedestres. Esse espaço pode ser compartilhado por duas

vagas, no caso de estacionamento paralelo, ou perpendicular ao meio fio, não sendo recomendável o compartilhamento em estacionamentos oblíquos;

c) ter sinalização vertical para vagas em via pública e para vagas fora da via pública.

d) quando afastadas da faixa de travessia de pedestres, conter espaço adicional para circulação de cadeira de rodas e estar associadas à rampa de acesso à calçada;

e) estar vinculadas a rota acessível que as interligue aos pólos de atração;

f) estar localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos.

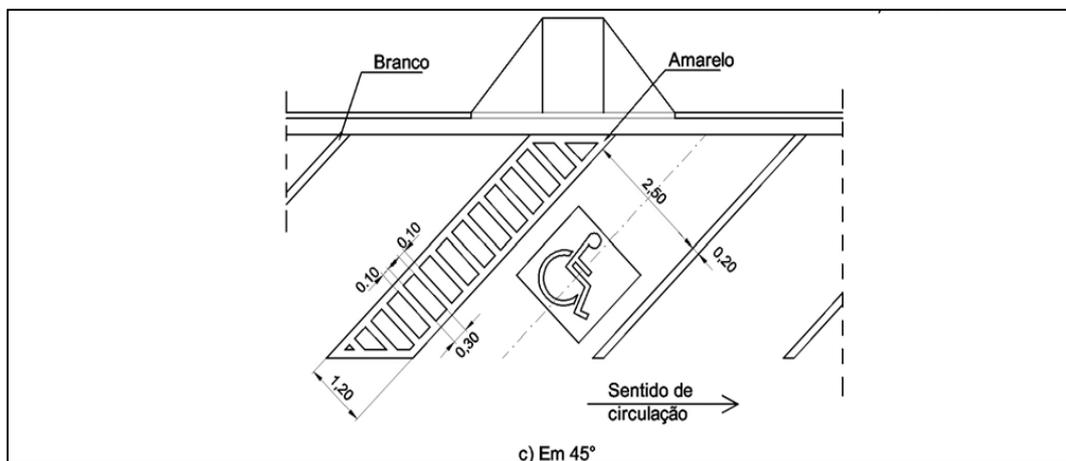


Figura 57: – ABNT NBR 9050:2004 p. 61



Figura 58: ABNT NBR 9050:2004 p. 62

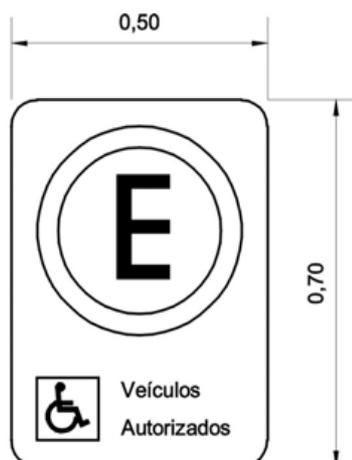


Figura 59: ABNT NBR 9050:2004 p. 62

3.5 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E COM OS ALUNOS DEFICIENTES FÍSICOS DO CAMPUS BOA VISTA.

● **Análise das Entrevistas Com os Professores**

Para esta análise, utilizamos um instrumento de coleta de dados (entrevista com sete perguntas), com dois professores de educação física do ensino técnico do *Campus Boa Vista*, que tiveram em suas turmas alunos com deficiência física.

● **Análise da Primeira Pergunta:** Professor o senhor teve em sua formação alguma disciplina voltada a educação física adaptada? Qual a Universidade e qual o ano de formação?

Os dois professores segundo suas respostas não tiveram nenhuma disciplina que abordassem a educação física adaptada; o primeiro professor formou-se na Faculdade de Muzambinho em 1993 e o segundo na PUC do Paraná, 1996.

● **Análise da Segunda Pergunta:** Professor o que você entende por educação física adaptada?

Professor 1 – Resposta: É uma atividade voltada para atender as pessoas com deficiência, as quais necessitam de atenção específica e especiais.

Professor 2 – Resposta: Trabalhar com os alunos que tem algum tipo de deficiência dentro dos conteúdos da educação física.

Na resposta 1, evidencia-se uma imprecisão no conceito da educação física adaptada, pois quando se fala no atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência não é necessário uma atenção ou um atendimento específico. O atendimento acontece sem que haja a preocupação com o aluno deficiente. Nas aulas de educação física o atendimento vai acontecer com a elaboração de um planejamento inclusivo. Com a imprecisão dos conceitos da educação física adaptada poderão ocorrer algumas situações, que o professor poderá ter dificuldades de atuação durante a realização das aulas de educação física, como por exemplo: auxiliar o aluno deficiente físico, oferecendo a ele condições de participação.

Na Resposta 2, o professor apesar de não ter em sua formação uma disciplina específica, tem uma noção do trabalho que pode ser desenvolvido, pois afirma que são conteúdos que devem ser adquiridos na formação dos professores de educação física.

● **Análise da Terceira Pergunta** – Professor o senhor se sente preparado para atender alunos com deficiência física?

Professor 1 – Resposta: Não. Como não tive formação não houve por minha parte interesse de me qualificar para esse tipo de atendimento.

Professor 2 – Resposta: Não. Acho que preciso de mais formação, o que tenho são leituras, pois tive um aluno com deficiência física em sala de aula e senti a necessidade de adquirir conhecimentos na área.

Observamos nas duas respostas que os professores tiveram dificuldades em adquirir conhecimentos na área da educação física adaptada. Só houve algum interesse quando apareceu um aluno na turma. Essa situação pode ter acontecido devido a não formação na área da educação física adaptada.

Podemos também observar que os professores buscaram os conhecimentos necessários para subsidiar os conteúdos a serem desenvolvidos no desenvolvimento das aulas de educação física. Essa situação pode ser caracterizada, como uma ação de construir um conhecimento para oferecer um melhor atendimento ao aluno com deficiência física, oportunizando o mesmo a participação nas aulas.

● **Análise da Quarta Pergunta** – Professor durante a realização das aulas de educação física, o senhor tem dificuldade de executar seu planejamento por ter incluso, um aluno com deficiência física.

Professor 1 – Resposta: Não, mas algumas vezes o aluno teve que ter uma atenção maior para que o mesmo realizasse as atividades propostas.

Professor 2 – Resposta: Não tive nenhuma dificuldade, mas não sei se caso tenha que atender novamente um aluno com deficiência física eu possa encontrar dificuldades.

Nesta pergunta verificou-se as dificuldades dos professores na realização das atividades durante a aula. Observa-se que o professor 1, fala em atendimento diferenciado, situação que hoje não se admite em um processo inclusivo, pois os alunos tem que ser atendidos sem que sejam caracterizados suas condições físicas, ou seja, o planejamento do professor deve ser elaborado sem que haja divisão de atendimento, todos tem que participar, todos devem receber atenção do professor. Observando a resposta do professor 2, podemos notar que o mesmo fala que caso tenha outra turma com um aluno deficiente poderá ocorrer dificuldades. Essas dificuldades enfrentadas pelos professores podem ser superadas com a busca de conhecimentos que em algumas situações ficaram falhas na formação, o interesse do professor em sanar esta situação é importante dentro do processo inclusivo, pois vai possibilitar o domínio dos conteúdos que serão desenvolvidos nas aulas.

● **Análise da Pergunta 5** – Professor durante a realização das aulas de educação física, o aluno com deficiência física participa de todas as atividades propostas, junto com os demais?

Professor 1 – Resposta: Sim, mas às vezes devido a sua deficiência, pede para não participar.

Professor 2 – Resposta: Sim. Ele participa de todas as atividades propostas no planejamento.

Podemos observar nas respostas da pergunta 5, que os professores admitem que os alunos participam das atividades propostas, mas observamos que ocorre também uma situação interessante na resposta do professor 1, se o aluno participa das atividades porém algumas vezes pede para não realiza – lá, podemos concluir que o planejamento das aulas não estão atendendo toda a turma e não se pode afirmar que por causa da deficiência o aluno não pode realizar as atividades.

● **Análise da Pergunta 6** – Professor durante a realização das aulas você constatou alguma situação de não aceitação do aluno com deficiência física, pelos demais alunos não deficientes?

Professor 1 – Resposta: Não. A inclusão do aluno com deficiência física ocorre nas aulas de educação física, porém foi percebido que o aluno deve ter mais atenção na realização das atividades e as mesmas devem ser diferenciadas realizadas por um profissional qualificado.

Professor 2 – Resposta: Não. A turma aceitou o aluno com deficiência e as atividades aconteceram normalmente. O aluno tinha receio de realizar algumas atividades, mas os outros alunos ajudavam.

Nesta pergunta observou-se que nas aulas ocorre a aceitação dos alunos com deficiência, mas na resposta do professor 1 podemos notar que o fato de o mesmo dar mais atenção ao aluno com deficiência física pode gerar a não aceitação deste aluno, por isso é importante enfatizar a importância do planejamento das aulas em um processo inclusivo. Essa situação no processo inclusivo deve ser resolvida com a superação das dificuldades e domínio dos conteúdos propostos, para facilitar a atuação do professor, a busca desse processo é de fundamental importância quando se promove a inclusão.

● **Análise da Pergunta 7** – Professor qual a maior dificuldade em atender o aluno com deficiência física em seu planejamento de aula?

Professor 1 – Resposta: A falta de conhecimento na área da educação inclusiva

Professor 2 – Resposta: Foi uma aula que ele não quis fazer, o conteúdo era de lutas e ela não participou.

Observamos que nas duas respostas a questão da necessidade do conhecimento específico da área da Educação Física adaptada fica evidenciada, inclusive admitida textualmente pelo professor 1. Por outro lado, evidencia-se também o esforço dos professores para realizarem as aulas da melhor forma possível. Porém, o conhecimento da área é necessário para que o professor possa ministrar suas aulas sem superproteger esses alunos,

pois o que o difere dos demais é sua condição física que a partir do momento que é respeitada possibilita-o de realizar as mesmas atividades que os alunos não deficientes realizam.

● **Análise Final da Entrevista Com os Professores de Educação Física**

Diante do exposto na entrevista com os dois professores de educação física do *Campus Boa Vista* do Instituto Federal de Roraima, podemos observar que os professores realizaram um bom trabalho com os alunos deficientes físicos, mas as dificuldades encontradas na realização das aulas podem ser resolvidas, quando os mesmos buscarem os conhecimentos na área da educação física adaptada possibilitando o domínio dos conteúdos na realização das aulas de educação física.

A falta de conhecimento na área da educação física inclusiva na formação dos professores também foi um fator que possibilitou algumas vezes a dúvida em intervir nas atividades propostas, esta situação ficou clara na pergunta 6.

As possibilidades de acerto quando existe conhecimento é maior, mas a vontade de acertar pode fazer a diferença, mesmo que o conhecimento venha depois. No caso dos dois professores a necessidade vai fazer com que os mesmos procurem os conhecimentos necessários para o melhoramento do atendimento aos alunos com deficiência física.

O comprometimento profissional do professor também vai possibilitar que o mesmo possa desenvolver as atividades com os alunos deficientes físicos observando os aspectos: culturais, sociais, afetivos, cognitivos e corporais desses alunos.

Os professores apesar de não terem todas as dificuldades apresentadas, realizam um importante trabalho, pois atendem os alunos, que pelas suas experiências profissionais com certeza vão colaborar com o crescimento do processo de inclusão social e escolar no Instituto Federal de Roraima.

● **Análise das Entrevistas Com os Alunos Deficientes Físicos**

Nesta análise foi utilizado um instrumento de coleta de dados (entrevista com seis perguntas), com quatro alunos deficientes físicos matriculados no *Campus Boa Vista* em

cursos do ensino técnico. Dois alunos participavam das aulas de educação física e dois não participavam, pois solicitaram dispensa com atestado médico.

Tabela 5

Tipo de Deficiência Física dos Alunos Entrevistados

ALUNO	DEFICIENCIA FÍSICA
Aluno 1	Osteogênese Imperfeita (Ossos de Vidro)
Aluno 2	Poliomielite
Aluno 3	Paralisia Cerebral
Aluno 4	Paralisia Cerebral

● **Análise da Primeira Pergunta:** Qual a Importância na sua opinião da Atividade Física?

Aluno 1 – Resposta: Para quem faz é bom para descontrair, sair do ambiente escolar, nós ficamos muito presos na sala de aula, a atividade física é saudável quando praticada.

Aluno 2 – Resposta: Ela é importante para a pessoa deficiente, pois vai contribuir para o desenvolvimento físico do aluno. Exemplo: alongamento, raciocínio e alguns movimentos que vão contribuir para o trabalho laboral.

Aluno 3 – Resposta: Na minha situação, tenho que fazer educação física a todo momento, pois senão a minha condição física vai piorar, o médico disse que eu tenho que fazer, o médico disse também que o crescimento é rápido e o exercício físico faz bem para a minha situação.

Aluno 4 – Resposta: A atividade física ajuda no melhoramento e no condicionamento do aluno e no desenvolvimento do cérebro, também ajuda na descontração e no relaxamento do corpo e da mente.

Nas respostas observamos que os alunos reconhecem a importância da atividade física para o desenvolvimento de suas vidas, pois o movimento orientado nas aulas de educação física vai contribuir para que eles tenham uma qualidade de vida melhor.

Esta situação de conhecimento da importância da atividade física por parte do aluno vai necessitar que o professor tenha conhecimentos da condição física do discente e da turma que vai ministrar aulas de educação física, como foi relatado nas entrevistas os alunos são orientados por outros profissionais da área de saúde.

Os professores entrevistados nesta pesquisa tiveram dificuldades no planejamento das atividades propostas na realização das aulas de educação física, com a participação de alunos deficientes físicos, mas houve um esforço no sentido de dominar os conhecimentos na área da educação física adaptada, para oportunizar a participação dos alunos desses alunos.

● **Análise da Segunda Pergunta:** Você participa das aulas de Educação Física?

Aluno 1 – Resposta: Não. Não é por causa da deficiência eu não posso cair e as aulas de educação física envolvem atividades que podem fazer o aluno cair, tenho atestado médico dispensando das aulas.

Aluno 2 – Resposta: Não. Estudo a noite e tenho atestado médico.

Aluno 3 – Resposta: Sim. O professor faz alongamento e faz a chamada em seguida você escolhe o esporte que quer fazer.

Aluno 4 – Resposta: Sim. A educação física ajuda no meu desenvolvimento mental e físico.

Nesta pergunta observa-se que os alunos 1 e 2, apesar de reconhecerem a importância da educação física, solicitaram atestado médico para a dispensa das aulas.

Nas respostas dos alunos 2 e 3, que participam das aulas fica evidente o conhecimento dos mesmos com relação ao conhecimento dos conteúdos das aulas.

Na resposta 3 o professor pede para que os alunos façam uma opção de modalidades, esta situação poderá deixar os alunos com deficiência física fora das atividades, pois se a escolha da maioria for por uma modalidade que o aluno com deficiência física não possa participar, não será caracterizada uma aula inclusiva. Portanto o professor pode direcionar as atividades para que todos participem e somente no decorrer do processo de desenvolvimento das aulas possibilitar as escolhas de atividades.

● **Análise da Terceira Pergunta:** Durante a realização das aulas você consegue realizar todas as atividades propostas pelo professor?

Aluno 1 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 2 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 3 – Resposta: Até agora sim, teve uma vez que eu não consegui executar um exercício corretamente.

Aluno 4 – Resposta: Participo de quase todas as atividades, pois tem alguns exercícios difíceis de executar, são exercícios que exigem coordenação motora e esta situação causa uma certa exclusão durante a aula.

Observamos nas respostas da terceira pergunta que os alunos quando não participaram de algumas atividades durante a aula, o planejamento teve que ser revisto devido as dificuldades dos professores no acompanhamento das atividades, pois os exercícios deveriam ser executados por todos os alunos independente de terem deficiências físicas.

Observamos também, que pela primeira vez nas respostas um aluno fala sobre exclusão. Como já relatado o planejamento deverá está direcionado para todos sem visar o aluno deficiente físico, para isso o professor tem que se apropriar dos conhecimentos que fundamentam a educação inclusiva.

Segundo Lenz (2010), o termo inclusão refere-se à educação de alunos com deficiência em um ambiente educacional regular, exigindo que sejam educados junto com os alunos não deficientes, oportunizando as mesmas experiências, tanto educacionais quanto motoras, para ambas as partes. Com isso a exclusão no processo inclusivo não pode acontecer, pois irá descaracterizar todo o movimento, portanto o professor deverá superar todas as dificuldades que possam aparecer nesse caminhar e perceber que será possível incluir esse aluno sem que haja qualquer dificuldade.

● **Análise da Quarta Pergunta:** Durante as aulas de educação física, você participa de todas as atividades junto com todos os colegas?

Aluno 1 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 2 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 3 – Resposta: Sim. Eu faço todas as atividades com os meus colegas.

Aluno 4– Resposta: Dependendo da modalidade, atividade e da exigência física, eu participo com os meus colegas.

Nesta pergunta o aluno – 4 relata que dependendo da atividade ocorre sua participação, assim o professor poderá direcionar suas atividades sem que a mesma não permita a participação do aluno deficiente físico e ainda possa oferecer em seu planejamento atividades inclusivas.

●**Análise da Quinta Pergunta:** O seu professor de educação física motiva a sua participação durante a realização das aulas? Como?

Aluno 1 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 2 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 3 – Resposta: O professor me dá a possibilidade de fazer ou não a atividade se eu quiser parar eu paro, ele permite que eu faça outra atividade, ele também pergunta sempre se eu quero fazer outro esporte.

Aluno 4 – Resposta: Poucas vezes. O professor dá atenção aos outros alunos e algumas vezes esquece de mim. Esta situação acontece porque ele tem que dar aula no coletivo, sendo que eu sou a minoria.

Nesta pergunta surgem algumas respostas, que caracterizam o sentimento dos alunos com relação a sua presença com os demais. Quando o aluno – 3, fala que o professor permite que ele troque de atividade a qualquer momento, podemos entender que o professor apesar das dificuldades pode estar tentando oferecer a oportunidade de participação do aluno deficiente em suas aulas. Quando o aluno – 4 fala que o professor “esquece dele” para atender a outros alunos e mais, afirma que tem que ser desta forma pois é minoria na turma, o aluno pode estar expressando que tem problemas de aceitação na turma. Nesta situação o professor

deveria propor um planejamento onde todos os alunos participassem sem haver diferenciação na forma de desenvolver as atividades, esta atitude poderia ajudar durante as aulas.

●**Análise da Sexta Pergunta:** Qual a sua maior dificuldade durante a realização das atividades de Educação Física?

Aluno 1 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 2 – Resposta: Não participa das aulas, dispensado por atestado médico.

Aluno 3 – Resposta: Eu não tenho muitas dificuldades na aula e sim na execução de alongamentos. Os meus colegas não me excluem das atividades, mas eu observo que outros colegas são discriminados, pois a bola, por exemplo, nunca é passada para eles, até o ponto em que eles percebem e param de jogar.

Aluno 4 – Resposta: A minha dificuldade é no aquecimento, pela falta de suporte, para segurar e me manter em pé. Quando eu tenho que correr muito por causa das minhas pernas eu perco o controle e muitas vezes eu tive que parar. Na realização de atividade como voleibol e basquetebol, faço o que eu posso.

Observamos nestas respostas mais uma vez que os alunos deficientes físicos não foram contemplados na elaboração do planejamento das aulas. Na resposta do aluno – 3, quando o mesmo fala que não tem problemas de aceitação, mas percebe que outros colegas são discriminados, faz com que pensemos na não aceitação dele também, é possível que ele não participe das atividades como deveria. Como os dois são da mesma turma pode ser que o aluno que não recebe a bola nas atividades de voleibol e basquetebol é o aluno – 4, pois tem um comprometimento físico maior. Na resposta do aluno – 4, o mesmo tem muita dificuldade de realizar as atividades devido à falta de controle nos movimentos como ele mesmo afirma na entrevista. Quando o aluno relata que em atividades com bola ele “se vira”, pode ser também que o mesmo não participe das atividades com os outros alunos.

Para concluir a análise das entrevistas percebemos que os professores entrevistados neste trabalho enfrentam algumas dificuldades na elaboração dos planejamentos de aula para atender os alunos com a deficiência física. Essa situação foi evidenciada na coleta de dados através das entrevistas, pois os alunos com deficiência física começaram a participar das aulas a pouco tempo e os professores não tinham até aquele momento experiências com essa

clientela, porém, o Instituto Federal de Roraima criou um comitê que está trabalhando no sentido de oferecer o suporte necessário para o atendimento destes alunos. Os alunos que foram entrevistados evidenciaram, principalmente nas duas perguntas finais, a falta de preparação dos professores. É importante que o professor tenha o conhecimento dos pressupostos da educação inclusiva para que obtenha êxito na elaboração do planejamento das atividades de educação física e que os alunos deficientes físicos participem de todas as atividades.

Habitar o terreno móvel entre aquilo que inventamos ser o lado de dentro (inclusão) e o lado de fora (exclusão) é viver constantemente sendo guiado por uma norma invisível capaz de regular a todos. Tanto incluídos quanto excluídos precisam estar entre os educados e, após a obrigatoriedade da escola, precisam estar entre os escolarizados.(LOPES, 2008, p. 69).

Neste sentido os professores de educação física precisam entender o aluno deficiente físico, não basta que o mesmo fique presente em suas aulas, ele precisa e deve participar de todas as atividades propostas junto com os demais alunos, sem haver qualquer tipo de exclusão ou superproteção.

O enfraquecimento de uma percepção global conduz ao enfraquecimento do sentido da responsabilidade, cada um tende apenas a ser responsável pela sua tarefa especializada, assim como conduz ao enfraquecimento de solidariedade, cada um deixa de entender o seu laço orgânico com a cidade e os seus concidadãos (MORIN, 2002, p. 19).

O professor de educação física também não deve ser o especialista em educação física adaptada e sim apropriar-se dos fundamentos da matéria, pois existem outros alunos que não são deficientes. Para esta situação ocorrer deverá haver um comprometimento do docente em buscar os conhecimentos necessários a sua atuação, sem que o mesmo se torne um especialista na área da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lenz (2010) considera a inclusão social um processo pelo qual a sociedade se molda, de maneira que seja possível incluir em seus sistemas sociais pessoas com necessidades especiais, para que as mesmas venham a se preparar para assumir seus papéis como cidadãos perante a sociedade.

Nessa perspectiva, este trabalho procurou analisar através da investigação dos ambientes físicos dos três *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima IFRR. Analisou também a atuação dos professores de educação física junto aos alunos com deficiências físicas, percebendo assim, que é necessário realizar um levantamento orientado pela ABNT NBR 9050:2004 de todas as edificações das unidades do IFRR, pois com a verificação de alguns espaços que esta pesquisa realizou, foi constatada esta necessidade. O trabalho percebeu também que no que se refere à atuação do professor de educação física junto aos alunos com deficiências físicas, existem dificuldades de realização das aulas, com a presença desses alunos, mas existe também uma preocupação do professor de educação física em buscar os conhecimentos necessários para a sua atuação frente a essa clientela.

Assim, investigamos a acessibilidade física dos ambientes nos três *Campi*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, através do registro fotográfico. Foram entrevistados os professores de educação física e os alunos deficientes físicos do *Campus* Boa Vista, com o objetivo de saber se existe acessibilidade física para os alunos deficientes físicos e analisar também a prática pedagógica dos professores de educação física.

Quanto à acessibilidade física dos Três *Campi*, Novo Paraíso, Amajari e Boa Vista, concluímos que os mesmos apresentam alguns problemas de falta de acessibilidade:

1 – *Campus* Novo Paraíso: Nos registros fotográficos pudemos perceber que alguns espaços não atendem a ABNT NBR 9050:2004. A entrada principal apresenta um grande espaço de circulação, mas existe um degrau que impede o acesso a esse ambiente; o balcão da biblioteca encontra-se sem o rebaixamento orientado pela norma para o atendimento; os banheiros encontram-se com as pias sem o devido rebaixamento, com vasos sanitários com alturas não permitidas; o espaço cultural apresenta duas rampas visivelmente inadequadas para pessoas que utilizam cadeira de rodas devido a sua inclinação.

2 – *Campus* Amajari: Nos registros fotográficos observamos que também existem espaços que não atendem a ABNT NBR 9050:2004. A rampa, pela sua inclinação, não está de acordo com a NBR, impossibilitando o acesso a uma pessoa que utiliza cadeira de rodas; o

corredor além de não ter o espaço adequado, contém colunas que impedem qualquer tipo de circulação de pessoas que usam cadeira de rodas ou tenham mobilidade reduzida e os banheiros apresentam os mesmos problemas do *Campus* Novo Paraíso com barras com altura inadequada e vasos sanitários sem as recomendações da norma.

3 – *Campus* Boa Vista: Este *Campus* por ser o mais antigo apresenta alguns problemas de acesso. Os balcões de atendimento nos setores encontram-se sem rebaixamento; os banheiros também não possuem rebaixamentos de pia; existem degraus em algumas portas impossibilitando o acesso de pessoas que utilizam cadeira de rodas; os estacionamentos não possuem área de circulação para cadeiras de rodas e o auditório que não tem as vagas destinadas às pessoas em cadeira de rodas e com mobilidade reduzida.

Para Bacciotti (2010), as barreiras arquitetônicas são centímetros intransponíveis no mundo civilizado, acarretando inúmeras dificuldades que assolam o pensamento, pois de fato é que por menor que seja o obstáculo, este impede – os de ir e vir com liberdade.

Assim, concluímos que os problemas de acessibilidades existentes nos três *Campi* podem interferir na atuação dos professores de educação física com relação a sua prática pedagógica, pois os alunos que necessitam deste acesso não poderão participar das atividades que este professor desenvolve, impossibilitando a inclusão. Existe a preocupação em nível de gestão com esse tema, pois ao longo do processo de crescimento da Instituição, ocorreram alguns avanços quanto a acessibilidade física, mas é de extrema necessidade que ocorram novos avanços nessa área, para que o IFRR, possa receber os alunos com deficiências físicas em ambientes acessíveis.

Quanto às entrevistas realizadas com os alunos, observamos que os mesmos, participam das atividades, mesmo com as dificuldades encontradas pelos professores quanto aos conhecimentos da área da educação física adaptada. Os alunos reconhecem a importância da educação física para os seus desenvolvimentos físicos e bem estar. Assim apesar dos problemas apresentados nas entrevistas, os alunos deficientes físicos do *Campus* Boa Vista, estão desenvolvendo as atividades físicas propostas pelos professores de educação física.

Quanto às entrevistas realizadas com os professores, observamos que os mesmos não apresentam a preparação necessária para atender os alunos deficientes físicos, pois os mesmos não foram preparados para ter em suas turmas pessoas com diferentes padrões físicos. Constatamos também que as aulas são planejadas sem que as particularidades dos alunos deficientes físicos sejam observadas, pois os alunos relatam que em algumas atividades existem dificuldades na execução das mesmas. Por outro lado, podemos perceber que existe a

vontade dos professores em modificar esta situação com os investimentos nos conhecimentos na área da educação física adaptada. Essa situação pode ser refletida, através da concepção de uma educação física que tem como um padrão de corpo definido e uma formação de atletas, sem haver a preocupação com as diferenças. Queremos uma educação física que entenda os indivíduos como seres humanos, que têm suas especificidades únicas em cada um, que traga uma concepção de respeito às diferenças caracterizando sua atuação como parte de um processo inclusivo.

As políticas de inclusão educacional foram e continuam sendo elaboradas com base na consigna “educação para todos”, inspirada nos pressupostos filosóficos e políticos estabelecidos na conhecida Conferencia Mundial sobre a Educação par Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, na Tailândia. (PLETSCH,2011, p.41)

Assim, com referência a citação, a educação física deve também permitir a participação de todos independentemente de qualquer condição, oportunizando as pessoas com deficiências a prática das atividades físicas, sem haver a imposição de um padrão físico ou uma performance em determinado tipo de modalidade. O respeito, através da participação dos alunos com deficiências físicas nas aulas de educação física, pode ser o início de um processo inclusivo, desde que o professor tenha a sensibilidade de internalizar os pressupostos da inclusão.

Este estudo não se encerra aqui, sempre vai haver a necessidade de avaliar a acessibilidade física e o atendimento dos alunos deficientes físicos e alunos que têm outras deficiências. O Instituto Federal de Roraima está em crescimento físico, com a expansão da Rede Federal, tendo a possibilidade de orientar o atendimento e o acesso físico dessas pessoas. O número de alunos deficientes vem crescendo a cada ano, necessitando de desenvolvimento de políticas internas para o atendimento desses discentes. É de fundamental importância que os núcleos de inclusão sejam implementados para que o suporte seja oferecido aos professores e que os alunos possam desenvolver suas atividades sem a preocupação da exclusão. Para esta situação acontecer efetivamente será necessário a participação de todos nesse processo de construção de um modelo de atendimento caracterizado pelo respeito às diferenças.

Nesta perspectiva podemos notar que a partir do momento em que as características individuais forem respeitadas a inclusão ocorrerá, mesmo que determinado aluno não possa participar das atividades propostas, mas o fato dele ser respeitado vai contribuir para o processo de inclusão dessa pessoa.

Por fim, penso que este estudo poderá contribuir com a gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, numa perspectiva de orientação, quanto à acessibilidade física pela ABNT NBR 9050:2004 que estabelece parâmetros técnicos, e possibilita, quando observada o acesso às pessoas com deficiências e pessoas que não tem deficiências e as práticas pedagógicas do professor de educação física, que irão proporcionar um atendimento mais seguro sem gerar dificuldades para o docente.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050:2004, **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, 2ª edição 31.05.2004.

BACCIOTTI S. M. **Deficiência e Barreiras Arquitetônicas: Reflexões Sobre a Prática da Educação Física**, 2010.

BRASIL. Congresso. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, dez. 1996. Seção 1, n. 24823, p. 27833.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP: documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948 de 9 de outubro de 2007.

BRASIL. **Lei 7853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1989; 178º da Independência e 111º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>acesso em 21 de junho de 2012.

BRASIL. MEC/SEESP. **Educação Infantil Dificuldades de comunicação e sinalização: Deficiência física Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 02/12/2004 que regulamenta as Leis nºs 10.048 de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e 10.098, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a lei nº 10.436, dispondo sobre a língua brasileira de sinais (LIBRAS).

BRASIL. Decreto nº 5.904/06 dispondo sobre o uso do cão guia pela pessoa com deficiência visual.

BRASIL. Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF. Dezembro de 1999.

BRASIL. Decreto nº 3.284/03 Prevê Interpretete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BRASIL. Decreto nº 7.899/89 Dispõe Sobre a Pessoa com Deficiência, Sua Integração.

BRASIL. Decreto 3.691/00 Regulamenta a Lei 8.899/94 Que Dispõe Sobre o Transporte de Pessoas Portadoras de Deficiência no Sistema de Transporte Coletivo Interestadual

BRASIL. Decreto 3.956/01 Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Retifica a Convenção da OEA.

DARIDO, S. C.; RANGEL. I. C. **A Educação Física na Escola: Implicações para a Prática Pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008

FERREIRA, C.L.L. **Papel do Professor na Educação Inclusiva.** Revista Nós da Escola, MultiRio, 2009

FURASTÉ; PEDRO AUGUSTO. **Normas Técnicas para Trabalho Científico;** Explicação das Normas da ABNT. – 16. ed. – Porto Alegre: Dáctica Plus, 2012.

LENZ, J. C. **A Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais Nas Aulas de Educação Física : Uma análise em Escolas do Município de Vera Cruz – RS.** 2010

LOPES, M. C. **A Inclusão: A invenção dos Alunos na Escola.** Universidade Federal de Roraima, Editora: UFRR, 2008

LIVRO VIRTUAL EDUCAÇÃO INCLUSIVA: **O que o Professor tem a ver com isso** Rede Saci – USP – Universidade de São Paulo.

Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - DOU DE 16/07/1990 - ECA. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.* Brasília, DF, Julho de 1999.

MANTOAN, M. T. **O Desafios das Diferenças Nas Escolas.** Petropolis/RJ: Vozes, 2008

MARCEDO, C. P.; CARVALHO; L. T.; PLETSCH M. D. **Educação Especial e Inclusão Escolar.** Seropédica /RJ: Ed. da UFRRJ, 2011.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de Deficiência: A Questão da Inclusão Social:** Artigo/2010

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MINAYO, M.C.S. **O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes,

ONU – A Declaração Universal dos Direitos Humanos: 1948

BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, princípios e programas. Ministério da Educação. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. *Resolução nº 2* que institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, Ministério da Educação/ SEESP, Brasília, 11 de setembro de 2001.

BRASIL. *Resolução nº 04/09 Art. 13* do Conselho Nacional de Educação. Estabelece as atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado.

BRASIL. WCEFA – Conferência Mundial de Educação para Todos. *Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia: março de 1990.

PLETSCH. M. D. **Repensando a Inclusão Escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Nau; Edur, 2010

PROGRAMA E CIDADANIA. **Construindo Valores na Escola e na Sociedade: relações étnico-raciais e de gênero/organização FAFE – Fundação à Faculdade de Educação (USP) – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2007.**

PEREIRA. S. A. M.; SOUZA G. M. C **Educação Física Escolar: Elementos para Pensar a Prática Educacional**. São Paulo: Phorte, 2011.

RIBEIRO, S. M.: **O Esporte Adaptado e a Inclusão de Alunos Com Deficiências nas aulas de Educação Física**. 2009. 169f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2009.

Resolução nº 2 que institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, Ministério da Educação/ SEESP, Brasília, 11 de setembro de 2001.

SANT'ANA. I. M. **Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10. nº 2, p. 227-234, maio/agosto. 2005.

SILVA .I. C. M.; PLETSCH M. D. **A política de Educação Inclusiva no Ensino Técnico Profissional: Resultados de um Estudo de Caso**. Democratizar v IV, mai/ago 2010.

SILVA; PAULA; BALARIM, 2009. **Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais Nas Escolas Especiais: Uma Abordagem**

SINGULANI. A. M.; CUPOLILLO. A.V **Formação de Professores de Educação Física: diálogos e saberes**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2011

TRIVIÑOS. A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas S.A, 2010.

UNESCO (Coord.). **Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades de aprendizagem**, 1990, Jomtien. Nova Iorque: WCEFA, 1990.

UNESCO; ESPANHA-MEC (Coord.). **Declaração de Salamanca e linha de ação, 1994**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

ANEXOS

A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Roteiro da Entrevista Realizada com os Alunos

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Roteiro da Entrevista Realizada com os Alunos

C – Autorização das Fotos nos *Campi*, Amajari, Boa Vista e Novo Paraíso

D – Parecer da Comissão de Ética na Pesquisa da UFRRJ/COMEP



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou **NADSON CASTRO DOS REIS**, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR – Campus Boa Vista, estudante do curso de **Mestrado** na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia – Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola PGEA. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação da professora, **Dra. AMPARO VILLA CUPOLLILO**, cujo objetivo é Investigar em que medida os profissionais de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR estão preparados para atender alunos com deficiência física.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada e anotada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada 30min.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou se quiser desistir de continuar em qualquer momento da Entrevista, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador telefone 95 91167693.

Atenciosamente

Nome e assinatura do Mestrando

Local e data

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, na pesquisa acima
descrita.

Ou

Eu, _____, RG nº _____,
responsável legal por _____, RG nº _____
_____ declaro ter sido informado e concordo com a sua participação,
como voluntário, na pesquisa acima descrita.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ENTREVISTA (ALUNO):

1 – Qual a importância na sua opinião, da atividade física?

Explique:

2 – Você participa das aulas de Educação Física?

SIM ou NÃO, Explique :

3 – Durante a realização das aulas você consegue realizar todas as atividades propostas pelo professor?

Explique:

4 – Durante as aulas de educação, você participa de todas as atividades junto com todos os colegas?

Explique:

5 – O seu professor de educação física motiva a sua participação durante a realização das aulas ? como?

Explique:

6 – Qual a sua maior dificuldade durante a realização das atividades de educação física?

Explique:



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou **NADSON CASTRO DOS REIS**, estudante do curso de Mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia – Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola PPGEA. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação da professora, **Dra. AMPARO VILLA CUPOLLILO**, cujo objetivo é Investigar em que medida os profissionais de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, estão preparados para atender alunos com deficiência física.

Sua participação envolve, uma entrevista, que será gravada e anotada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada 30min.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou se quiser desistir de continuar em qualquer momento da Entrevista, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador telefone 95 91167693.

Atenciosamente

Nome e assinatura do Mestrando

Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do Professor

Local e data



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ENTREVISTA (PROFESSOR)

1 – Professor(a) o senhor(a) teve em sua formação alguma disciplina voltada a Educação Física Adaptada? Qual a Universidade? Qual o ano de Formação?

SIM ou NÃO Explique:

2 – Professor o que você entende por Educação Física Adaptada?

Explique:

3 – Professor(a) o(a) senhor(a) se sente preparado(a) para atender alunos com deficiência física

Explique:

4 – Professor(a) durante a realização das aulas de educação física, o(a) senhor(a) tem dificuldade de executar seu planejamento por ter incluso, um aluno com deficiência física?

Explique:

5 – Professor(a) durante a realização das aulas de educação física, o aluno com deficiência física participa de todas as atividades propostas, junto com os demais alunos?

Explique:

6 – Professor(a) durante a realização das aulas você constatou alguma situação de não aceitação do aluno com deficiência física pelos demais alunos não deficientes?

Explique:

7 – Professor(a) qual a maior dificuldade em atender o aluno com deficiência física em seu planejamento de aula.

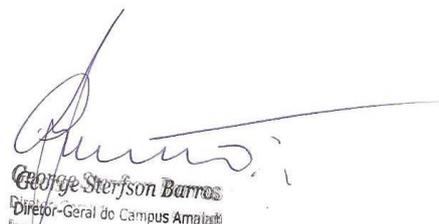
Explique:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS AMAJARI

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA
REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Autorizo o Professor **NADSON CASTRO DOS REIS**, SIAPE nº 2557449, mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, realizar a seguinte coleta de dados de sua pesquisa: registro fotográfico dos ambientes do *Campus*.

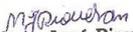

George Sterfson Barros
Diretor-Geral do Campus Amajari
Portaria nº 134/09-Dou nº 43 de 04/02/09



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOS VISTA

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA
REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Autorizo o Professor **NADSON CASTRO DOS REIS**, SIAPE nº 2557449, mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, realizar as seguintes coletas de dados de sua pesquisa: Entrevista com dois professores de educação física do ensino técnico, entrevista com quatro alunos do ensino técnico e registro fotográfico dos ambientes do *Campus*.


Milton José Piovesan
Diretor-Geral do Campus Bos Vista
Portaria nº 1.090/2012
D.O.U. nº 180 de 17/09/2012



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS NOVO PARAÍSO

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA
REALIZAÇÃO DE PESQUISA**

Autorizo o Professor **NADSON CASTRO DOS REIS**, SIAPE nº 2557449, mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, realizar a seguinte coleta de dados de sua pesquisa: registro fotográfico dos ambientes do *Campus*.


ELIEZER NUNES SILVA
Diretor-Geral do Campus Novo Paraíso
IPRR - Campus Novo Paraíso
Port. n.º 1.090/12-DOU nº 180 de 17/09/2012